

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA EMBAIXADA DO PERU EM PORTUGAL

Gabriele Leocadi

Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais

Setembro 2023

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização em Relações Internacionais, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Marco Lisi.

Agradecimentos

Innanzitutto, vorrei dirigere i primi ringraziamenti alla mia famiglia, a mia mamma Cristina, mio papà Antonio e mia sorella Michela, per il costante supporto che mi hanno sempre dato incondizionatamente. Mille grazie per avermi dato la possibilità di studiare all'estero per due anni, regalandomi l'opportunità di vivere esperienze che porterò nel mio cuore per sempre e del quale sarò sempre grato. Un grande ringraziamento anche ai miei nonni, Anna, Antonio e Francesco, che sono sempre stati felici per la mia scelta di studiare in un altro paese nonostante la distanza e che mi hanno sempre aspettato a braccia aperte ogni volta che tornavo in Italia.

Além disso, agradeço a este país lindo, Portugal, e à cidade de Lisboa por ter-me acolhido e ter-me feito sentir em casa durante estes dois anos. Como digo sempre, todos os que passam por Portugal acabam por querer sempre voltar e ficar e, por isso, sei que este não é um “adeus”, senão um “até já”, porque não imagino a minha vida sem uma relação próxima com Portugal, os seus cidadãos, a sua cultura e o português.

I also would like to thank all the incredible people that I have met during these two years for becoming my family, being part of my daily life, the constant support and the best mates for all the adventures I have done: Ines, Alice, Marco, Nina, Giulia, Abigél, Sara, Virginia, Iris. Similarly, I also want to thank the people I have lived with in our magical house in Rua Gonçalves Crespo 38, my home and safe place: Káta, Ricsard, Nadia, Laura and Marie, Patrícia, Franziska, Giovanni, Manon, Franziska, Antoine Ida and Rebekka.

Da mesma forma, agradeço também ao meu orientador, o Professor Marco Lisi, pela sua grande disponibilidade, paciência e apoio ao longo dos meus estudos, assim como no desenvolvimento do relatório de estágio.

Por fin, quisiera también agradecer al Embajador de Perú en Portugal, Carlos Gil de Montes Molinari, por la oportunidad de trabajar en su misión diplomática. De igual forma, me gustaría agradecer al Jefe de la Sección Consular Gustavo Bravo Espinoza, mi orientador de las practicas curriculares, por su amabilidad, paciencia, interés y sabiduría, que me han fuertemente inspirado. Asimismo, querría agradecer a todo el equipo de la Embajada de Perú en Portugal.

RESUMO

Desde sempre, a diplomacia representou o instrumento fundamental para o estabelecimento de relações positivas entre diferentes povos e Estados. Hoje em dia, conjugando-se com outros âmbitos importantes como a cultura, elemento essencial do *soft power*, a diplomacia ainda mantém esse papel e determina a estreita ligação existente entre a maioria dos vários Estados do mundo contemporâneo.

Este pressuposto, juntamente à configuração hodierna do Peru, resultante de uma longa história e da sua riqueza cultural, define as relações bilaterais entre o Peru e Portugal no século XXI. Nisto, a Embaixada do Peru em Portugal detém um papel crucial, sendo a instituição que permite a cooperação com o país europeu e a sua sociedade.

A Secção Consular da Embaixada do Peru em Portugal foi o fulcro do estágio curricular, que incidiu sobre os procedimentos consulares requeridos pela comunidade peruana residente e o seu apoio, assim como a promoção e proteção da cultura peruana e do seu património em Portugal.

Palavras-chave: Diplomacia; Diplomacia Cultural; Soft Power; História Peruana; Cultura Peruana; Política Externa Peruana; Embaixada do Peru em Portugal;

ABSTRACT

Diplomacy has always been the fundamental instrument for establishing positive relations between different peoples and states. Today, in conjunction with other important areas such as culture, an essential element of soft power, diplomacy still maintains this role and determines the close relationship between most of the various states in the contemporary world.

This assumption, together with Peru's current configuration, resulting from a long history and its cultural richness, defines the bilateral relations between Peru and Portugal in the 21st century. In this, the Peruvian Embassy in Portugal plays a crucial role, being the institution that enables cooperation with the European country and its society.

The Consular Section of the Peruvian Embassy in Portugal was the main focus of the curricular internship, which focused on the consular procedures required by the resident Peruvian community and their support, as well as the promotion and protection of Peruvian culture and heritage in Portugal.

Keywords: Diplomacy; Cultural Diplomacy; Soft Power; History of Peru; Peruvian Culture; Foreign Peruvian Policy; Embassy of Peru in Portugal;

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
------------------------	----------

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I – <u>CONCEITOS: A DIPLOMACIA, A DIPLOMACIA CULTURAL E O SOFT POWER.....</u>	12
---	-----------

1.1) A Diplomacia.....	13
1.2) A Diplomacia Cultural.....	20
1.3) O Soft Power.....	25
1.4) Conclusões.....	28

CAPÍTULO II – <u>INTRODUÇÃO AO PERU.....</u>	29
---	-----------

2.1) Introdução à História do Peru.....	31
2.2) O Difícil Caminho para a Democracia.....	36
2.3) A Riqueza da Cultura Peruana.....	42
2.4) Orientações Gerais da Política Externa Peruana.....	45
2.5) Conclusões.....	49

PARTE II – ESTÁGIO NA EMBAIXADA DO PERU EM PORTUGAL

CAPÍTULO III – <u>AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE O PERU E PORTUGAL.....</u>	51
--	-----------

3.1) O Início das Relações Bilaterais entre o Peru e Portugal.....	52
--	----

CAPÍTULO IV: <u>ESTÁGIO NA EMBAIXADA DO PERU EM PORTUGAL.....</u>	55
--	-----------

4.1) A Embaixada do Peru na República Portuguesa.....	56
4.2) As Atividades Desenvolvidas no Âmbito do Estágio.....	59
4.3) Considerações Finais.....	81

CONCLUSÕES.....	83
------------------------	-----------

ANEXOS.....	86
--------------------	-----------

BIBLIOGRAFIA.....	89
--------------------------	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

APRA Alianza Popular Revolucionaria Americana

CAN Comunidad Andina

CCIG Centro Cultural Inca Garcilaso

CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DGAC Dirección General para Asuntos Culturales

DNI Documento Nacional de Identidad

GEE Gabinete de Estudos e Estratégia

IMT Instituto de Mobilidade e Transporte

MNE Ministério dos Negócios Estrangeiros

MRE Ministerio de Relaciones Internacionales

MRTA Movimiento Revolucionario Túpac Amaru

MTC Ministerio de Transportes y Comunicaciones

OEA Organização dos Estados Americanos

ONU Organização das Nações Unidas

RENIEC Registro Nacional de Identificación y Estado Civil

RGE Registro General de Entradas

RMV Remuneración Mínima Vital

SEF Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

UE União Europeia

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio foi elaborado no contexto do estágio curricular realizado na Embaixada do Peru na República Portuguesa, na cidade de Lisboa, entre 12 de setembro de 2022 e 31 de março de 2023, cuja duração foi de 6 meses.

Este relatório, enquanto componente não letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, serve para a obtenção do grau de mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização em Relações Internacionais.

Este trabalho foi orientado pelo Professor Doutor Marco Lisi da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e, na instituição de acolhimento, a Embaixada do Peru em Portugal, pelo Conselheiro Gustavo Bravo Espinoza.

A escolha da Embaixada do Peru em Portugal enquanto local para a execução do estágio curricular deve-se principalmente pelo meu forte interesse pela diplomacia. De facto, desde sempre tive curiosidade em estudar de perto o que realmente ocorre em uma missão diplomática, analisando os vários âmbitos aos quais se dedica. Além disso, a outra razão principal pela qual decidi realizar o estágio nessa instituição é a minha paixão pela América Latina, pelas suas línguas e pelas suas culturas.

Por essa razão, concluí que a Embaixada do Peru seria o local ideal que me permitisse aprofundar o meu interesse para o funcionamento da diplomacia, acompanhado pela minha grande paixão por esta região do mundo e, sobretudo, ter a oportunidade de perceber os laços entre um país pertencente à União Europeia e outro situado em outro continente.

A estrutura deste trabalho prevê a divisão em duas partes essenciais. A primeira parte do relatório é constituída pelo enquadramento teórico, ou seja, as fundamentas teóricas que permitem o enquadramento e entendimento do que foi realizado ao longo do estágio na Embaixada do Peru. A segunda parte, por sua vez, constitui o resultado da experiência adquirida na Embaixada do Peru e visa apresentar as minhas tarefas na instituição, nomeadamente na Secção Consular, mas dando espaço também à análise das relações bilaterais entre os dois países, à comunidade peruana residente em Portugal e, geralmente, ao papel da Embaixada do Peru em Portugal.

Nomeadamente, a primeira parte é por sua vez dividida em dois capítulos principais: o primeiro capítulo, na verdade, explora a diplomacia, o pressuposto principal que está na base da existência das embaixadas no mundo. Além disso, é também apresentada a

diplomacia cultural, uma vez que uma parte importante do trabalho realizado na instituição dizia respeito à promoção da cultura peruana em Portugal. De facto, o fator cultural representa um meio do *soft power*, dado que detém um poder atrativo que permite a melhor cooperação mais profunda e estabelecimento de relações mais estreitas entre diferentes Estados.

Posteriormente, o segundo capítulo visa apresentar o país pelo qual foi realizado todo o trabalho durante a permanência na Embaixada, o Peru. Neste capítulo, portanto, pretende-se aprofundar a história deste país, destacando os momentos mais salientes e as várias fases que conduziram ao Peru contemporâneo, assim como o caminho para o estabelecimento da sua democracia. Da mesma forma, são introduzidos os elementos culturais essenciais desta nação, profundamente heterogénea deste ponto de vista, fator que determina o forte potencial que o Peru tem a nível cultural.

Por fim, esta parte conclui-se com a análise da política externa peruana, de forma a enquadrar o posicionamento deste país nas principais questões internacionais, nomeadamente mencionando o seu papel na região em que se localiza, onde deu impulso a integração andina. Para além disso, faz-se menção também ao seu estreito contacto com o continente europeu, destacando a relação com Portugal, e o papel do Peru em várias organizações internacionais, assim como as suas ambições e as suas tentativas no estabelecimento de novas ligações com o continente africano.

Por sua vez, a segunda parte do relatório de estágio é essencialmente prática, uma vez que aprofunda a parte do estágio na Embaixada do Peru em si e as atividades que foram realizadas na instituição. De facto, esta parte é também dividida em dois capítulos fundamentais: por um lado, o primeiro capítulo visa estudar o início das relações bilaterais entre a República Peruana e Portugal, destacando o primeiro Tratado que determinou o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, o Tratado de Comércio e Navegação de 1853 assinado em Washington. Além deste acordo, mencionam-se outros relativos a outras importantes áreas de cooperação entre os dois países, como o âmbito cultural.

Por outro lado, o segundo capítulo da segunda parte trata das atividades realizadas durante o estágio e do meu papel na Secção Consular enquanto assistente consular. Neste capítulo, então, fornece-se a apresentação da instituição, da sua equipa e de todo o trabalho que foi realizado na Secção Consular, a partir dos inúmeros procedimentos consulares realizados até a organização de eventos culturais, sendo esta uma prática

preponderante relativamente à promoção da cultura peruana em Portugal. De mesma forma, faz-se também menção dos instrumentos e políticas relativas à proteção do património cultural peruano em Portugal, através da deteção de bens culturais peruanos no país lusitano e a sua respetiva devolução formal ao país andino, que ocorre através da ação da Embaixada do Peru em Portugal. O capítulo conclui-se com algumas reflexões e considerações gerais sobre toda a experiência na Embaixada, destacando o conhecimento e competências adquiridas na instituição, assim como as dificuldades encontradas no desenvolvimento do estágio.

Os objetivos do presente relatório de estágio são, portanto, a análise do papel da Embaixada do Peru em Portugal, assim como a análise da promoção da cultura peruana em Portugal através da mesma instituição. Nesse sentido, as perguntas deste trabalho resumem-se em “*Qual é o papel da Embaixada do Peru em Portugal?*” e “*Como e porque a Embaixada do Peru promove e protege a cultura do seu país em Portugal?*”.

Para atingir estes objetivos, este estudo começa pelo enquadramento teórico dos principais conceitos que estão na base da investigação, a partir da bibliografia existente. Por sua vez, a segunda parte do trabalho, baseia-se na recolha de informações úteis durante o estágio, consultando a equipa da instituição, a documentação acessível e os arquivos da Embaixada.

PARTE I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1 – CONCEITOS:

A DIPLOMACIA, A DIPLOMACIA CULTURAL E O SOFT POWER

O primeiro capítulo do presente relatório de estágio tratará dos conceitos que estão na base da experiência de trabalho na Embaixada do Peru na República Portuguesa.

Na verdade, uma vez que o estágio foi realizado em uma missão diplomática, é fundamental definir algumas noções que permitem o enquadramento teórico do estágio e do desenvolvimento das atividades realizadas no seu âmbito. Neste sentido, esta primeira secção é dedicada ao aprofundamento dos seguintes conceitos base: diplomacia, diplomacia cultural e, por fim, soft power.

Estas três conceções são coerentes com o tipo de estágio que foi levado a cabo na instituição; na verdade, o funcionamento da Embaixada baseia-se nos princípios da diplomacia. Além disso, uma vez que no presente relatório se pretende analisar como e através que meios se realiza a promoção e proteção da cultura peruana pela Embaixada do Peru em Portugal, é importante destacar a conceção de diplomacia cultural e, por consequência, a noção de soft power, com o objetivo de entender o potencial da cultura no que diz respeito à relação entre os Estados no cenário internacional atual.

De facto, todos os conceitos mencionados tornam-se essenciais para dilucidar o panorama das relações internacionais do mundo do século XXI, estritamente interligado ao fenómeno da globalização que, por um lado, aumentou exponencialmente as conexões existentes entre os Estados e as suas sociedades civis e, por outro lado, tornou o poder militar e o poder económico menos influentes no que diz respeito ao alcance dos objetivos da política nacional e externa dos países.

Na época recente, então, o âmbito cultural pertencente a cada nação, surgiu como uma alternativa eficaz, e ao mesmo tempo pacífica, para o atingimento dos objetivos dos Estados. Na verdade, através da projeção internacional da sua esfera cultural através de vários meios, os Estados têm a possibilidade de criar uma imagem positiva e atraente de si no imaginário coletivo de outros países com diferentes objetivos: por exemplo, influenciar as decisões políticas de outros Estados ou estabelecer relações vantajosas e amigáveis com eles, assim como fortalecer os laços já presentes.

1.1 A Diplomacia

Como referido na introdução do capítulo, o conceito de diplomacia é o pressuposto principal para o enquadramento geral do estágio, uma vez que este foi realizado em uma Embaixada. Por isso, os princípios nos quais se baseiam as representações diplomáticas dos Estados encontram as suas raízes na conceção mais ampla de diplomacia, dado que são também os sítios em que se verificam as negociações diplomáticas entre diferentes Estados.

Para introduzir o conceito no seu sentido mais amplo é possível fazer menção ao famoso diplomata português José Calvet de Magalhães que, na sua célebre obra “*A Diplomacia Pura*” publicada em 1995, fornece uma exaustiva definição deste conceito, demonstrando também as dificuldades em o definir.

Segundo Calvet de Magalhães, na verdade, vários autores, enciclopédias e dicionários que se ocuparam da análise do conceito acabaram por dar definições imprecisas, incompletas ou totalmente erróneas (Calvet de Magalhães, 1995, p. 77).

Um primeiro ponto a destacar diz respeito ao facto de o conceito de diplomacia e de política externa serem distintos entre si, apesar da clara interdependência existente.

De facto, por política externa entende-se o “*conjunto das decisões e ações de um Estado em relação ao domínio externo*” (Calvet de Magalhães, 1995, p. 23). Por sua vez, a diplomacia é exclusivamente considerada como um instrumento ou uma ferramenta da política externa, capaz de atuar a nível bilateral – exclusivamente entre os representantes de dois Estados – e a nível multilateral – entre os representantes de vários Estados (Calvet de Magalhães, 1995, p. 23). Além disso, um outro ponto relevante a salientar diz respeito ao facto de a política externa ser formulada pelos governos dos Estados, enquanto no caso da diplomacia são os agentes diplomáticos – os diplomatas – que põem em prática a política externa do Estado (Roberts, 2017, p. 3).

Para o autor português, portanto, a diplomacia “pura” é “*um instrumento da política externa, para o estabelecimento e desenvolvimento dos contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários, mutualmente reconhecidos pelas respetivas partes.*” (Calvet de Magalhães, 1995, p. 90).

Para um melhor entendimento da noção de diplomacia, refere-se uma definição mais recente, concebida por Ivor Roberts. Na verdade, ele define a diplomacia como “*a utilização da inteligência e do tato na condução das relações oficiais entre os governos de*

Estados independentes, estendendo-se por vezes também às suas relações com territórios dependentes, e entre governos no âmbito de instituições internacionais¹” (Roberts, 2017, p. 3).

Apesar de os elementos constitutivos da diplomacia serem muitos, é fundamental destacar a negociação, que representa o ponto de partida da diplomacia. Na verdade, ela é considerada o meio básico para prevenir, gerir, resolver e transformar os conflitos entre Estados, com o objetivo de solucionar os desafios e incentivar a cooperação.

Um outro aspeto importante que diz respeito à negociação é o facto de ela funcionar através de um ethos de igualdade; em outras palavras, embora as partes não sejam iguais em termos de poder, a negociação prevê um sentido de igualdade entre as duas partes (Constantinou, Kerr & Sharp, 2016, p. xiv).

Por fim, na Europa do século XVII a diplomacia era considerada como negociação; na verdade, o Cardeal de Richelieu definia-a “*negociação contínua*”: esta ideia de negociação destacava a importância de manter sempre canais de comunicação abertos, até em tempos bélicos, para que fosse sempre possível tentar resolver os conflitos (Constantinou, Kerr & Sharp, 2016, p. 15). Mais, Calvet de Magalhães considera a diplomacia um tipo de negociação, praticada pelos agentes diplomáticos que representam o Estado (Calvet de Magalhães, 1995, pp. 27-28).

Relativamente à sua evolução, a diplomacia tem uma longa tradição e tem tido um papel relevante em todas as sociedades e civilizações ao longo da história, tanto que a sua utilização remonta aos tempos pré-históricos, no momento em que surgiram as primeiras organizações de carácter político (Calvet de Magalhães, 1995, p. 31).

Entende-se, então, que o contacto com outras realidades políticas e o estabelecimento de ligações com elas foi um aspeto prioritário desde as primeiras civilizações que habitaram o mundo.

Como referido, o conceito de diplomacia remonta às mais antigas civilizações do Próximo-Oriente, aproximadamente ao 4000 a.C.. Na verdade, considera-se a copia de uma carta inscrita numa tábuca cuneiforme de 2500 a.C. ser o primeiro documento diplomático (Roberts, 2017, p. 6).

¹Tradução em português de “*Diplomacy is the application of intelligence and tact to the conduct of official relations between the governments of independent States, extending sometimes also to their relations with dependent territories, and between governments withing international institutions*”.

Desde as primeiras sociedades, obviamente, a noção de diplomacia evoluiu ao longo da história e foi-se enriquecendo através das várias civilizações que deixaram um marco na sua utilização e desenvolvimento.

A diplomacia começou a ter mais relevância a partir da formação das cidades-Estados da Grécia Antiga entre o IV e V século a.C. De facto, a história deste povo é exemplar, uma vez que foi neste contexto que surgiu a figura dos “*presbeis*” – a palavra grega que designa a figura moderna do embaixador – considerados os intermediários diplomáticos da altura cuja utilização era frequente. Estes intermediários, na verdade, deslocavam-se de uma cidade a outra para tratarem dos interesses das suas respetivas pátrias e, geralmente, eram as pessoas mais importantes, notáveis e privilegiadas do Estado. Na base da sua eleição estavam, claramente, diversas qualidades: entre outras, a oratória (Calvet de Magalhães, 1995, p. 35-36).

Para além de estas entidades políticas enviarem os seus agentes diplomáticos a outras cidades e Estados, de mesma forma recebiam embaixadas procedentes de outras realidades políticas, que apresentavam o seu caso perante os governos ou assembleias aos quais eram enviadas, contando também com um sistema reconhecido de imunidade diplomática (Roberts, 2017, p. 7).

Como referido por Calvet de Magalhães, a obra do célebre histórico e militar ateniense Tucídides “*História da Guerra do Peloponeso*” demonstra a importância que o povo da Antiga Grécia dava à diplomacia e à sua utilização na resolução dos conflitos e na negociação para o alcance dos objetivos nacionais. Na verdade, na obra mencionada, existem inúmeras alusões à figura dos intermediários diplomáticos e ao seu envio para a resolução das problemáticas entre as cidades-Estados.

A título de exemplo, no livro II da obra², abre-se um discurso pronunciado por Arquidamo em que ele destaca a centralidade da defesa da negociação e da diplomacia enquanto ferramentas para a resolução de conflitos bélicos.

Por isso, a tradição diplomática da Grécia Antiga, transmitida até a época contemporânea através de obras como a de Tucídides, considerava a negociação e a diplomacia como instrumentos para a resolução de conflitos e a promoção de laços amigáveis entre as várias cidades gregas.

Relativamente aos romanos, eles conseguiram expandir-se e criar o império maior da antiguidade através da sua força bélica. Na verdade, como referido por Harold Nicolson,

² *História da Guerra do Peloponeso*, Tucídides, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

os romanos não eram dotados com qualquer aptidão especial para a arte da negociação, preferindo, então, a utilização de instrumentos bélicos para a aniquilação do adversário e a consequente anexação de vastos territórios (Nicolson, 1939, p. 23), assim como a imposição do seu sistema legal a nível universal (Roberts, 2017, p. 8).

Contudo, apesar de os romanos terem conseguido expandir-se e criar o império mais vasto da antiguidade através da guerra, a diplomacia e a negociação também foram ferramentas essenciais neste projeto de expansão.

Na verdade, Roma acolhia e recebia embaixadores dos países estrangeiros e das várias províncias romanas no chamado *Graecostasis*, sítio em que essas figuras aguardavam as audiências com o Senado de Roma. Para além disso, os romanos reconheciam o *ius legationis*, ou seja, o direito de inviolabilidade diplomática (Calvet de Magalhães, 1995, pp. 42-44).

Semelhantemente às figuras da Antiga Grécia, os *legati* – termo latim para embaixador – com a sua *legatione* – embaixada - do Império Romano eram o fulcro das relações com os outros povos com que os romanos se enfrentavam. Além disso, estes negociadores eram designados pelas cargas mais importantes do Estado, como reis, senadores e imperadores, entre os cidadãos mais notáveis e tratados com honra (Calvet de Magalhães, 1995, p. 43).

A centralidade da diplomacia e dos seus intermediários na sociedade romana é comprovada pela presença da figura dos embaixadores ao interno da literatura da altura: por exemplo, Calvet de Magalhães destaca uma passagem da obra de Júlio César “*Comentários sobre a Guerra Gálica*” dedicada à inviolabilidade dos embaixadores: nesta passagem Júlio César decide punir severamente os Venetos por terem aprisionado alguns enviados diplomáticos, não respeitando, então, a imunidade.

Posteriormente, ao longo da Idade Média, a diplomacia sofreu um importante declínio, devido à instabilidade política que caracterizou esta época. Porém, o Império Bizantino continuou a utilizar consistentemente os recursos da diplomacia, enviando representantes, que normalmente eram altos dignatários da corte, para entrar em contacto com as outras realidades políticas da altura, por exemplo o Papa e os monarcas francos, nomeadamente Pepino-o-breve e Carlos-o-Magno (Ganshof, 1935, p. 35).

Este tipo de diplomacia foi sucessivamente transmitido a Veneza e, por consequência, à toda península italiana, tornando a conceção de diplomacia da altura

tipicamente italiana. Na verdade, a designação de *embaixador* começou a difundir-se na Itália no século XIII (Calvet de Magalhães, 1995, p. 47-51).

A instituição diplomática na Idade Moderna adaptou-se às profundas mudanças que caracterizaram o período em questão. De facto, uma grande novidade que surgiu nesta época foi a criação da figura do embaixador residente, devido às exigências de contactos frequentes requeridos pelas inúmeras unidades políticas italianas. De Itália, a figura do embaixador residente foi transmitida às outras entidades europeias existentes na altura, embora de forma diferente. No âmbito literário da Idade Moderna, houve uma significativa produção bibliográfica dedicada à atividade diplomática, destacando o seu papel e a sua evolução. Este corpus literário consolidou-se principalmente nos séculos XVI e XVII e, geralmente, tinha como temática principal o exercício das atividades e funções diplomáticas (Calvet de Magalhães, 1995, p. 57-63).

Além disso, as negociações que levaram à assinatura do Tratado de Vestefália de 1648 – o Tratado que fez terminar a Guerra dos Trinta Anos - constitui um outro marco histórico fundamental relativamente à evolução do conceito da diplomacia; na verdade, a assinatura de dito tratado não deu só impulso à diplomacia multilateral, mas também contribuiu ao estabelecimento do princípio de soberania e do direito de cada Estado promover a sua própria política externa (Calvet de Magalhães, 1995, p. 64-65).

O Congresso de Viena de 1815 representa um outro ponto importante da evolução da noção de diplomacia ao longo da Idade Moderna, uma vez que este evento histórico deu forte impulso à concretização do mundo diplomático. Nomeadamente, durante este Congresso estabeleceu-se uma base acordada para a representação diplomática e, para além disso, foram reconhecidos os serviços diplomáticos enquanto profissão distinta no âmbito da função pública, regida pelos seus próprios códigos internacionalmente aceites (Rogers, 2017, p. 12-13).

Por sua vez, na época contemporânea, através da consolidação democrática da vida política, as instituições diplomáticas passaram por transformações significativas que, entre outras coisas, afetaram o recrutamento e a hierarquia do pessoal diplomático. Além disso, outra mudança inovadora ocorrida neste período diz respeito à institucionalização da diplomacia multilateral, nomeadamente com o estabelecimento de inúmeras organizações internacionais a partir do século XIX (Calvet de Magalhães, 1995, p. 70).

No século XX ocorreram avanços significativos no que diz respeito à diplomacia: de facto, com a criação da Sociedade das Nações após a Conferência de Paz com a

Alemanha em 1919 foi instituída a primeira organização política permanente de carácter político, que Calvet de Magalhães reconhece como máximo exemplo da diplomacia multilateral.

A Conferência de Viena sobre as Relações Diplomáticas de 1961 representa também um evento preponderante na evolução do conceito de diplomacia; de facto, foi através desta Conferência que foi possível definir as categorias e as precedências dos agentes diplomáticos, assim como outros aspetos relevantes da atividade diplomática. Entre outras, uma parte mais saliente desta Convenção diz respeito ao Artigo III, que explica as funções de uma missão diplomática:

- a) *Representar o Estado acreditante perante o Estado acreditador;*
- b) *Proteger no Estado acreditador os interesses do Estado acreditante e de seus nacionais, dentro dos limites estabelecidos pelo direito internacional;*
- c) *Negociar com o Governo do Estado acreditador;*
- d) *Inteirar-se por todos os meios lícitos das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditador e informar a esse respeito o Governo do Estado acreditante;*
- e) *Promover relações amistosas e desenvolver as relações económicas, culturais e científicas entre o Estado acreditante e o Estado acreditador.*

(Convenção sobre Relações Diplomáticas, Artigo III)

Relativamente ao ponto *b)* da Convenção sobre as Relações Diplomáticas, é relevante destacar a vertente consular que, no que diz respeito ao estágio curricular na Embaixada do Peru, foi essencialmente o meu âmbito principal. A vertente consular é considerada uma parte fundamental do que ocorre ao interno das Embaixadas, nomeadamente dos Consulados e das Secções Consulares³, uma vez que é o ponto de encontro entre a população do respetivo país e o seu país de origem.

³ É importante apresentar também as diferenças entre uma Embaixada, um Consulado e uma Secção Consular. Por um lado, as embaixadas representam a primeira representação diplomática de um Estado em outro Estado e, geralmente geridas diretamente por um/a Embaixador/a, representam o seu governo perante as autoridades locais, com as quais mantêm relações diplomáticas.

Por outro lado, o Consulado, gerido pela figura do Cônsul, representa uma instituição separada da Embaixada e, geralmente, atua enquanto uma extensão desta. Além disso, a sua função é a de apoiar os seus cidadãos em relação a questões administrativas, assim como emitir documentos e atuar enquanto registo civil.

Na verdade, Calvet de Magalhães considera os serviços consulares uma parte preponderante da diplomacia e, de facto, define-os como “*extensão externa do serviço público de um Estado no território de outro Estado*”.

De facto, os cidadãos de um determinado Estado que por várias razões residem permanentemente ou transitoriamente no território de um outro Estado, às vezes necessitam de recorrer aos serviços públicos nacionais para o exercício dos seus direitos ou o cumprimento das suas obrigações. É, portanto, neste caso que as missões diplomáticas se tornam fundamentais: elas têm o direito de atuarem a favor dos seus nacionais (Calvet de Magalhães, 1995, p. 170).

Relativamente ao caso específico da República Peruana, analisar-se-á o tipo de serviço consular que fornece aos seus cidadãos no estrangeiro na segunda parte do presente trabalho, aprofundando, por isso, os procedimentos consulares que os peruanos residentes em Portugal requerem.

Uma outra vertente essencial da missão diplomática, de acordo ao ponto e) da Convenção previamente mencionada, diz respeito à promoção das relações culturais entre os Estados. Como se verá no próximo capítulo, a cultura representa um elemento chave no desenvolvimento das relações entre os países e, recentemente, tem sido um instrumento eficaz para a instauração de novos laços vantajosos entre vários Estados.

Por isso, o capítulo 1.2 tratará da diplomacia cultural e a sua relevância no estabelecimento de ligações político-diplomáticas entre os Estados.

Por fim, a diferença entre a Secção Consular e o Consulado é o facto de a primeira fazer parte de uma Embaixada, enquanto o Consulado constitui uma realidade a parte. Analisar-se-ão em detalhe as características na segunda parte do trabalho, assim como o caso específico da Embaixada e do Consulado do Peru.

1.2 A Diplomacia Cultural

Após ter introduzido o relatório com a conceção de diplomacia, cumpre nesta seção aprofundar o conceito de Diplomacia Cultural, devido à sua relevância no âmbito do estágio realizado na Embaixada do Peru em Portugal, uma vez que a promoção da cultura por parte da missão diplomática representa uma vertente principal do trabalho que diariamente se desenvolve na instituição.

Geralmente, a importância do contacto cultural entre as pessoas e a exposição que a maioria dos cidadãos do mundo tem a outras culturas tem aumentado exponencialmente nos últimos anos. Na verdade, pode-se afirmar que grande parte da comunicação global hodierna é essencialmente de carácter cultural.

Consequentemente, o panorama atual das políticas internacionais é fortemente influenciado pelo âmbito cultural, dado que existe uma relação de interdependência entre estas duas áreas e, para além disso, neste novo ambiente global, o contacto cultural existente entre os demais Estados e os seus cidadãos afeta o tom e a agenda da diplomacia tradicional dos países (Holden, 2013, p. 3).

O conceito de diplomacia cultural é formado por duas palavras-chave: por um lado, diplomacia, noção que já foi introduzida no capítulo anterior, e, por outro lado, cultural.

O ponto de partida fundamental é, portanto, a cultura e o seu potencial enquanto meio para o estabelecimento de relações internacionais que pode ser não só entre vários Estados, mas também entre organizações não-governamentais e internacionais e até instituições.

Como referido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a cultura é “o conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais distintivas da sociedade ou de um grupo social, que engloba não só a arte e a literatura, mas também os estilos de vida, as formas de convivência, os sistemas de valores, as tradições e as crenças⁴”.

No domínio das Relações Internacionais, portanto, a cultura detém um papel relevante para enfrentar as grandes questões do mundo internacional; por essa razão,

⁴ Tradução em português do original: “Culture is as the set of distinctive spiritual, material, intellectual and emotional features of society or a social group, that encompasses, not only art and literature, but lifestyles, ways of living together, value systems, traditions, and beliefs”.

[Disponível em: <https://policytoolbox.iiep.unesco.org/glossary/cultures/>. Última visualização: 10 de maio de 2023].

recentemente este âmbito tem sido solidamente promovido nas agendas políticas dos vários Estados, uma vez que a sua relevância no estabelecimento e melhoramento de ligações já existentes é, atualmente, uma realidade.

Na verdade, a essencialidade do aspeto cultural na questão do relacionamento internacional contemporâneo era já reconhecida por Willy Brandt, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha, que, em um célebre discurso elaborado em 1966, definiu a cultura como “*o terceiro pilar da política externa*”, depois da Política e do Comércio, considerados os outros elementos indispensáveis da política externa de um Estado (Ribeiro, 2011, p. 51).

É neste contexto, então, que surge a questão da centralidade da diplomacia cultural e do seu papel na relação entre os Estados e como este tipo de diplomacia lhes permite atingir os seus objetivos nacionais e da política externa.

Porém, na literatura da disciplina das Relações Internacionais, a conceção de diplomacia cultural aparece como algo relativamente recente e, frequentemente, existe uma falta de clareza em respeito a como este termo deveria ser utilizado; além disso, é difícil encontrar uma definição exaustiva desta noção, uma vez que é geralmente associada à diplomacia pública, ou é considerada um sinónimo de relações culturais ou de missão cultural estrangeira de um Estado.

Apesar da estreita relação de interdependência entre o conceito de diplomacia cultural e de relações culturais, na visão do diplomata americano Richard Arndt, estas duas noções distinguem-se na maneira de como as ligações entre os países se desenvolvem: na verdade, as relações culturais entre Estados desenvolvem-se naturalmente, sem a intervenção direta do governo. Por outro lado, as ligações que se estabelecem através da diplomacia cultural necessitam da intervenção direta dos agentes diplomáticos de um Estado (Ang; Raj Isar; Mar, 2015, p. 366).

Do ponto de vista histórico, a diplomacia cultural encontra as suas origens na França, país em que o conceito foi usado pela primeira vez no final do século XIX. Porém, ele entrou na linguagem comum dos vários países na década dos anos 90’.

Originalmente, o termo referia-se aos processos que ocorrem quando os diplomatas ao serviço dos governos nacionais recorrem aos intercâmbios e fluxos culturais ou procuram canalizá-los para a promoção dos seus interesses nacionais (Ang; Raj Isar; Mar, 2015, p. 366).

Na época mais recente, profundamente caracterizada pelo processo de globalização, a diplomacia cultural é considerada, segundo as palavras de Cummings, como “o intercâmbio de ideias, informações, arte e outros aspetos culturais entre as nações e os seus povos que permitem o desenvolvimento do entendimento recíproco” (Cummings, 2009, p. 1).

Na base deste intercâmbio, segundo Goff, existem dois pressupostos fundamentais: por um lado, o primeiro diz respeito à existência de boas relações entre os Estados, assim como ao mútuo entendimento e respeito. Por outro lado, é imprescindível que um Estado reconheça a importância da cultura – arte, língua, educação, etc. – enquanto meio para o desenvolvimento de relações diplomáticas com outros Estados (Goff, 2013, p. 2).

Em outras palavras, a diplomacia cultural é eficaz exclusivamente se os países mantêm boas relações entre si e se investem e dão importância à sua cultura, com o objetivo de atrair e aproximar outros Estados.

Um outro aspeto a considerar no que diz respeito à efetividade da diplomacia cultural é o público: de facto, é importante que cada decisão seja tomada tendo em consideração os diferentes elementos culturais, crenças e costumes a cada Estado em que outro pretende promover a sua cultura.

Para atingir estes objetivos, a diplomacia cultural recorre à utilização de vários elementos pertencentes à cultura de um povo e do seu país, capazes não só de estabelecer relações com o público estrangeiro, mas também de influenciá-lo (Lenczowski, 2007, p. 2). É importante salientar que, potencialmente, cada manifestação cultural de um povo e do seu Estado pode ser considerada uma ferramenta eficaz da diplomacia cultural.

Porém, Lenczowski classifica os instrumentos mais persuasivos que a diplomacia cultural dispõe para tornar um país mais atraente e interessante aos olhos das outras personagens do cenário internacional e, para além disso, criar alianças, estimular desenvolvimento económico e suportar paz e segurança.

Nomeadamente, Lenczowski individualiza várias ferramentas: em primeiro lugar, a esfera das artes (peças de teatro, filmes, música, pintura, escultura, arquitetura, etc.), da educação (através de exposições e intercâmbios culturais de vários géneros), dos ideais (por exemplo do Estado de direito, etc.) e dos média usados para a partilha desta informação (Lenczowski, 2007).

Em geral, a arte e a cultura detêm um papel significativo no que diz respeito à diplomacia cultural, uma vez que constituem os meios para o entendimento da identidade cultural e, além disso, permitem ligar pessoas de diferentes culturas. De facto, através da música, literatura e as artes visuais, os países têm a capacidade de mostrar o seu património e promover os seus ideais a nível internacional.

Nesse sentido, um grande contributo é determinado pelas missões diplomáticas; na verdade, através da ação das embaixadas e dos consulados – como a organização de eventos culturais, exposições e espetáculos – os países facilitam o intercâmbio cultural entre o país de acolhimento e o país de origem.

De mesma forma, o papel das instituições culturais – por exemplo museus, institutos culturais, institutos de língua, galerias, etc. – é fundamental e tem o mesmo potencial das atividades desenvolvidas pelas políticas externas de um Estado.

Isto deixa claro que os atores estatais e governamentais não são os únicos que recorrem à diplomacia cultural para o alcance dos seus propósitos; na verdade, a diplomacia cultural tem sido considerada um instrumento de outros atores tipicamente não-governamentais, determinando, portanto, o facto de a sua ação ultrapassar a do Estado e das suas políticas nacionais (Ang; Raj Isar; Mar, 2015, pp. 369-370).

Contudo, os Estados continuam a ser os atores principais nas inúmeras questões internacionais, mas a sua influência tem sido afetada por novas forças resultantes da globalização que estimulou o movimento transnacional de pessoas, produtos, média, tecnologia e dinheiro (Appadurai, 1996).

Consequentemente, verificou-se o surgimento de novos atores não-governamentais que atuam localmente e globalmente e que são capazes de influenciar o cenário internacional, até a nível político, e de limitar e afetar os objetivos definidos pelos governos nacionais (Rosenau, 2003, p. 61). Nomeadamente, estes atores são artistas, curadores, jornalistas e professores, assim como organizações internacionais e instituições culturais que promovem iniciativas e intercâmbios culturais a nível internacional. A título de exemplo, o programa de intercâmbio para estudantes promovido pela União Europeia, o programa Erasmus, é considerado um instrumento para alimentar os intercâmbios culturais (Unesco, 2023).

De mesma forma, as cidades também constituem outros atores capazes de promover a cultura internacionalmente, apesar de serem uma realidade local. Os intercâmbios promovidos pelas cidades, na verdade, podem fomentar cooperação e

liderança, assim como uma maior partilha de conhecimentos especializados (Unesco, 2023).

Por fim, a tecnologia detém também um potencial a considerar, uma vez que determinou um drástico desenvolvimento da prática da diplomacia cultural, dado que as plataformas digitais não são apenas recursos para a visibilidade e a divulgação e partilha de informação, mas também um método eficaz para envolver e atrair públicos de diferentes origens (Unesco, 2023).

A existência destes novos atores fautores da diplomacia cultura tem, portanto, consequências importantes no que diz respeito à prática da diplomacia cultural pelos Estados. Na verdade, os Estados-nação do mundo atual devem fazer interface com fluxos culturais transnacionais que não estão sob o seu controle e que, de mesma forma, não são necessariamente alinhados com os interesses nacionais (Ang; Raj Isar; Mar, 2015, p. 371). Além disso, o recente desenvolvimento de atores não-estatais está a transformar o mundo das relações internacionais, facilitando a circulação de ideias.

Mais, as organizações da sociedade civil dispõem normalmente de mais liberdade de ação e flexibilidade para a organização destes intercâmbios e programas. Por isso, as relações culturais que se desenvolvem a partir destes projetos são mais orgânicas, em vez de terem objetivos estratégicos de política externa (Unesco, 2023).

Em conclusão, a diplomacia cultural surgiu na época recente como instrumento base para o estabelecimento de contacto com outras entidades, através do uso maciço de elementos culturais atraentes que permitem também o alcance de objetivos políticos.

1.3 O Soft Power

Como mencionado na introdução deste primeiro capítulo, a concepção de soft power também está na base do presente relatório de estágio, uma vez que se pretende analisar como ocorre a promoção cultural peruana em Portugal pela Embaixada do Peru.

Relativamente ao conceito de soft power é importante destacar que se trata de uma noção relativamente recente, uma vez que foi introduzida na disciplina das Relações Internacionais pela primeira vez no início dos anos '90 pelo cientista político norte-americano Joseph Nye na revista estadunidense *Foreign Policy*.

Contudo, foi só em 2004 que o autor aprofundou o conceito na obra "*Soft Power: The Means to Success in World Politics*", que o tornou uma das figuras mais proeminentes no panorama das relações internacionais.

A palavra soft power é constituída, na verdade, por duas palavras - soft e power- a antes de dar uma explicação exaustiva do conceito, então, é necessário também esclarecer o que é o power, ou seja, o poder.

Na visão de Nye, apresentada na obra "*Soft Power: The Means to Success in World Politics*", o poder é definido como a habilidade de influenciar o comportamento dos outros para a obtenção dos resultados pretendidos (Nye, 2004, p. 13). Em relação a isso, Nye identifica três maneiras possíveis para influenciar o comportamento dos outros: em primeiro lugar, a coerção, que atua através de ameaças; em segundo lugar, os pagamentos, ou seja, o convencimento do outro com base em acordos económicos favoráveis e vantajosos. Finalmente, a última técnica válida para influenciar as decisões de outrem diz respeito à atração e persuasão, com o objetivo de o outro querer o que o sujeito quer (Nye, 2004, p. 13).

Às três maneiras mencionadas para influenciar o comportamento dos outros correspondem, respetivamente, os três tipos de poder: o poder militar, o poder económico e, por fim, o poder suave ou *soft power*.

Como todos sabem, os primeiros dois tipos de poder têm sido amplamente considerados, ao longo da história, enquanto os meios mais eficazes para o alcance dos objetivos da política externa dos Estados, uma vez que estes dois diferentes tipos de poder, menos subtis do que o soft power, desempenham um papel significativo na construção das relações entre os Estados. Contudo, o soft power tem adquirido

importância na época recente, sendo uma alternativa igualmente idónea, válida e eficaz aos tipos de poder mais tradicionais previamente mencionados.

De facto, a eficácia do soft power resulta no facto de um Estado poder satisfazer os seus objetivos pretendidos nas políticas mundiais devido a um outro querer segui-lo, uma vez que admira os seus ideais e aspira ao seu nível de abertura e prosperidade (Nye, 2004, p. 32).

Um aspeto importante a destacar é perceber quais são as ferramentas e os recursos do soft power, ou seja, aqueles meios que fazem com que um Estado possa aproximar-se a outro devido à sua admiração.

No que diz respeito a Nye, os tipos de recursos que ele identifica são principalmente três: o primeiro recurso, a cultura, é o que representa o fator mais influente e atrativo, desde que é definida pelo autor como um conjunto de valores e práticas que determinam um significado para uma determinada sociedade, através das suas manifestações. Normalmente, existem dois tipos de cultura: por um lado, a cultura elevada – como a literatura, a arte e a educação – que se dirige geralmente às elites e, por outro lado, a cultura popular, que se foca no entretenimento das pessoas (Nye, 2004, p. 32).

O segundo recurso que é identificado por Nye diz respeito aos valores políticos, quer a nível nacional quer a nível internacional. De facto, como os aspetos culturais, eles têm um potencial considerável no que toca à persuasão e atração de outros países e dos seus cidadãos. Na verdade, na medida em que um país promove valores e ideais em que outros países se podem identificar, maior será a probabilidade de que haja uma aproximação entre os dois e de que a relação entre as duas entidades estatais seja amigável e positiva (Nye, 2004, p. 36).

Por fim, as políticas externas têm um grande potencial no que diz respeito à eficácia do soft power. Na verdade, como explicado por Nye, as políticas que um Estado quer pôr em prática pode afetar, positivamente ou negativamente falando, o seu poder atrativo e, por isso, ser apercebido de forma diferente pelos outros Estados. Por exemplo, as políticas nacionais e exteriores que são apercebidas por outros Estados como arrogantes, indiferentes às opiniões dos outros e baseadas nos interesses nacionais podem, obviamente, afetar negativamente a perceção que um país tem em relação a um outro. Pelo contrário, a promoção dos valores democráticos, quer nacionalmente quer internacionalmente, tem a capacidade de atrair e persuadir um país (Nye, J.; 2004).

Em conclusão, portanto, o soft power é um recurso que se tem tornado fundamental para que os Estados possam alcançar os seus objetivos da política externa. Na verdade, através da atração e persuasão de outros Estados através de recursos maioritariamente culturais e sociais para a promoção de valores, ideias e interesses de um país, este tipo de poder tem a capacidade de criar confiança, compreensão mútua e cooperação, levando conseqüentemente à implementação de relações internacionais estáveis e produtivas a longo prazo.

1.4 Conclusões

Em resumo, a diplomacia, a diplomacia cultural e o soft power desempenham papéis essenciais no mundo das relações internacionais, uma vez que são capazes de promover a compreensão, a cooperação e a influência entre os Estados, assim como fortalecer e desenvolver ligações já existentes.

A diplomacia, através da negociação e dos agentes diplomáticos, tenta resolver conflitos por meio do diálogo, garantindo a paz e evitando, conseqüentemente, confrontos armados. Como referido, ela está na base das relações vantajosas entre os países e representa o ponto de encontro entre os dois Estados, como se aprofundará na segunda parte deste trabalho.

Por sua vez, a diplomacia cultural utiliza a cultura e as suas manifestações, como por exemplo a arte e tudo o que pertence à educação, e os intercâmbios culturais para a promoção e o respeito mútuo e a compreensão intercultural, com o objetivo de realizar os objetivos nacionais de um Estado quer a nível da política nacional, quer a nível da política externa.

Finalmente, o soft power, permite que as nações exerçam influência atraindo admiradores através dos seus valores, ideias e exportações culturais, construindo parcerias duradouras.

Estas noções são fortemente interligadas entre elas e, juntas, fortalecem os laços entre as nações e contribuem para um mundo mais pacífico, interconectado e colaborativo.

Em conclusão, após ter apresentado estas conceções-base para o enquadramento teórico geral do presente relatório de estágio, pode-se passar ao capítulo 2, que trata da introdução ao Peru, a nível histórico e cultural, fazendo menção aos principais eventos históricos que marcaram o desenvolvimento deste país e à sua luta pela democracia que se estende até os dias de hoje. Por fim, mencionar-se-ão os eixos principais da política externa peruana, de forma a perceber o papel deste país no mundo das relações internacionais e o seu posicionamento.

CAPÍTULO 2 – INTRODUÇÃO AO PERU: A HISTÓRIA, CULTURA E POLÍTICA EXTERNA PERUANA

Após a introdução relativa aos conceitos teóricos que estão na base do presente relatório de estágio, avança-se, no capítulo II, com a apresentação do Peru a nível histórico, fazendo menção aos eventos mais salientes pelos quais o país passou até os dias de hoje e, além disso, destacando também o difícil caminho para a democracia que caracterizou grande parte da história republicana do Peru.

De mesma forma, mencionar-se-ão as principais características da cultura peruana, destacando a sua unicidade e riqueza devido à sua heterogeneidade, para perceber o potencial que a cultura deste país tem na promoção dos seus interesses no exterior.

Finalmente, o capítulo concluir-se-á com uma introdução sobre as principais vertentes e eixos da política externa peruana contemporânea.

Esta apresentação geral do Peru é coerente para o desenvolvimento da parte II deste trabalho, que se foca sobre o estágio na Embaixada do Peru em Portugal.

O Peru, oficialmente República do Peru, é um país pertencente à América do Sul, situado na parte ocidental do subcontinente. Com uma extensão de 1,286,082km² é o terceiro maior país da área e o seu território pode ser dividido em três regiões geográficas principais: a costa, situada a oeste, consiste numa longa e estreita planície maioritariamente desértica, em que é situada a capital do Estado, Lima, a maior cidade do país. A serra, por sua vez, constitui a porção peruana da cordilheira dos Andes e, por fim, a Amazónia, com as suas planícies florestais constituídas principalmente pela floresta tropical da bacia do rio Amazonas (Britannica, 2023).

Relativamente às suas fronteiras, o Peru⁵ é delimitado a norte pelo Equador e pela Colômbia, a leste pelo Brasil e pela Bolívia e, por fim, a sul faz fronteira com o Chile.

Com uma população de aproximadamente 32 milhões de habitantes, o Peru hodierno e a sua cultura são o resultado dos vários acontecimentos históricos que, ao longo dos séculos, contribuíram à criação da identidade cultural peruana, fortemente caracterizada pela sua riqueza e diversidade, devido a inúmeras influências vindas dos povos que habitaram ou passaram pela região.

⁵ Ver Anexo 1

A nível exterior, o Peru tem uma importância estratégica não só a nível regional sul-americano, mas também a nível multilateral, uma vez que a sua presença é essencial em várias organizações internacionais de que o Peru faz parte.

2.1 Introdução à História do Peru

Historicamente, o Peru teve um impacto considerável na região em que se localiza, uma vez que o território que ocupa politicamente hoje foi o berço de várias civilizações pré-colombianas, antes da chegada dos colonizadores europeus no século XVI.

De facto, apesar de os primeiros vestígios humanos na área remontarem aproximadamente ao 10'000 a.C., as primeiras civilizações pré-incas começaram a surgir a cerca de 500 a.C. em três territórios importantes do Peru: a costa, as montanhas e a bacia do lago Titicaca.

A título de exemplo, destacam-se as seguintes civilizações originárias, uma vez que deram impulso ao trajeto histórico e cultural do país, deixando influências importantes na cultura, arquitetura e tradições até os dias de hoje.

Na verdade, a cultura Chavín, Mochica, Huari, Tiwanaku e Chimú constituem o panorama das antigas populações que ocuparam o território peruano e, geralmente, todas elas contavam com uma organização política e social avançada para a altura e quase todas eram civilidades baseadas na guerra (Hunefeldt, 2004, pp. 1-11).

Posteriormente, esta região testemunhou a ascensão de uma civilidade que conseguiu construir um vasto império e que deixou marcas indeléveis no Peru atual: os Incas. De facto, a partir de cerca de 1440, esta importante civilização, reconhecida pela sua força militar, conquistou vastos território da região e, através das suas habilidades de negociação política com os seus vizinhos, formou um enorme império que se estendia do Norte da atual Colômbia até a Argentina e Chile.

O Império Inca, em quíchua⁶ *Tawantinsuyu*, literalmente “as quatro regiões unidas” (Stanish, 2001, p. 213) teve origem nas proximidades do Lago Titicaca, em Cusco⁷, e a sua expansão deve-se à aniquilação de um outro povo os Chanca, assim como a incorporação de diversos grupos étnicos. Na verdade, em menos de dois séculos, inúmeras culturas, idiomas e diferentes grupos étnicos foram agrupados em uma única entidade estatal e política, que é considerada o Império mais vasto da América antiga (Stanish, 2001, p. 1).

O ano de 1532 é uma data importante da história do Peru, uma vez que identifica o momento em que ocorreu o início do processo de invasão, conquista e colonização levado

⁶ Ainda hoje, a língua quíchua é falada por aproximadamente 10 milhões de pessoas no subcontinente americano, sendo uma língua oficial do Peru, ao lado do espanhol e da língua aymara.

⁷ A cidade de Cusco tornou-se sucessivamente a capital do Império Inca e é ainda hoje considerada o epicentro da sua cultura devido à quantidade de monumentos pertencentes à época em questão.

a cabo pela potência colonial espanhola. De facto, este evento histórico teve um profundo impacto na sociedade, cultura e história do Peru, determinando uma mudança drástica no trajeto histórico iniciado com as culturas previamente mencionadas.

Nomeadamente, nesse ano, um contingente de soldados e aventureiros espanhóis liderados pelo comandante Francisco Pizarro iniciou a invasão do Império Inca, conseguindo também capturar Atahualpa, o décimo terceiro e último *Sapa Inca*⁸ do Império que tinha recentemente obtido o poder após a derrota do seu irmão. Além disso, devido à escassa oposição do povo Inca, Pizarro conseguiu tomar e ocupar a capital do Império, Cusco, determinando conseqüentemente o colapso do império e o domínio político e económico do Peru pelos espanhóis. O ápice do controle político do Peru foi determinado pela fundação de Lima, a 18 de janeiro de 1535, por Francisco Pizarra (Hunefeldt, 2004, pp. 34-37).

Sucessivamente, a coroa espanhola estabeleceu o Vice-Reino do Peru em 1542, no meio de um significativo conflito interno e violência na colónia. Apesar disto, o Vice-Reino do Peru teve, ao menos durante as primeiras cinco décadas desde a sua fundação, uma economia flórida, principalmente devido à exportação de produtos primários para a Europa. Paralelamente, os conquistadores espanhóis tinham também extraído e levado à pátria imensas quantidades de ouro e outros metais valiosos, tentando, de facto, tornar o Peru um fornecedor de metais preciosos deformando a economia colonial para esse fim (Hurley, 2011, p. 2).

O Vice-Reino peruano constituiu uma parte essencial para o Império Colonial Espanhol durante mais de 300 anos. Na verdade, entre Lima e Madrid existiam fortes ligações de carácter económico, político e cultural, apesar das tentativas independentistas para libertar o Peru do seu conquistador, por exemplo a de Túpac Amaru II.

Os movimentos de independência, juntamente aos inúmeros conflitos internos e ao aumento dos impostos, aceleraram o processo que culminou com a proclamação da independência do Peru a 28 de julho de 1821⁹ pelo General José de San Martín, na Praça das Armas na cidade de Lima. Neste dia, na verdade, José de San Martín anunciou que o

⁸ Imperador Inca

⁹ Anualmente, a cada 28 de julho, pelo Peru celebram-se as “*Fiestas Patrias de Perú*” para comemorar a emancipação peruana do Império Espanhol e o início da formação do país sul-americano enquanto Estado soberano e independente.

De mesma forma, neste dia a Embaixada do Peru em Portugal organiza uma festa que reúne toda a comunidade peruana residente em Portugal. Nomeadamente, em 2021 celebrou-se o *Bicentenario de la Independencia del Perú*, ou seja, os 200 anos desde a independência do país em 1821. Nesse sentido, o governo peruano planificou estratégias, atividades a nível nacional e internacional até 2024.

Peru, a partir daquele momento, era “*livre e independente pela vontade geral dos povos e pela justiça da sua causa que Deus defende*”. É a partir desta data, então, que se refere à história da República do Peru.

No mês de dezembro do mesmo ano houve o primeiro apelo à população para a livre escolha do Congresso Constituinte com o único propósito de estabelecer a forma de governo pela qual o Peru seria governado e de dar a Constituição mais conveniente (Basadre, 2005, p. 36-37). É, então, com o Congresso Constituinte de 1822 que começou a história da República do Peru, depois da nomeação de José de la Riva Agüero enquanto primeiro presidente da República.

Politicamente, o panorama da altura era dividido em duas fações principais: por um lado, estavam os partidos do antigo regime, absolutistas ou reacionários, em outras palavras, os inimigos da nova Constituição. O outro extremo, por sua vez, era formado pelos partidos independentistas. Entre estes dois extremos, por fim, colocavam-se os partidos que estavam em favor da monarquia constitucional, os reformistas do Vice-Reino do Peru tradicional que, ao mesmo tempo, eram conservadores em respeito à ligação com a metrópole espanhola (Basadre, 2005, p. 38).

Ao longo do século XIX, o processo de consolidação da recém-formada república enfrentou desafios significativos; nomeadamente, a ausência de infraestruturas adequadas, as divisões profundas e a desconfiança entre os diferentes grupos sociais, o estado das finanças públicas e a ausência de uma liderança reconhecida e legítima tornaram difícil o alcance e o estabelecimento de um governo democrático estável¹⁰, assim como o desenvolvimento da produtividade do país a nível económico.

Além disso, esta época foi fortemente caracterizada por conflitos bélicos com outros países da região, com o objetivo de definir as fronteiras nacionais, políticas comerciais e os interesses nacionais. A título de exemplo, destaca-se um conflito significativo em que o Peru foi envolvido: a Guerra do Pacífico (1879-1884), em que o país perdeu uma parte importante do seu território.

Apesar dos inúmeros desafios, a implementação da república determinou também avanços notáveis na modernização e desenvolvimento do país, nomeadamente através do comércio. Na verdade, através da exportação de guano e borracha, foi fortemente estimulado o desenvolvimento do Peru em um Estado moderno e preparou o caminho para

¹⁰ Entre 1821 e 1840 o Peru teve cinco Constituições diferentes e, de mesma maneira, entre 1841 e 1845 seis presidentes governaram o país.

as transformações e modernizações que o país teve que enfrentar no século sucessivo (Hunefeldt, 2004, p. 121). O guano, por exemplo, representou para o país o fulcro da sua economia durante quatro décadas.

Especificamente, o início do século XX representou para o Peru a sua abertura ao cenário internacional, uma vez que a sua economia dependia essencialmente da exportação de produtos diversificada, lançando a economia do país no mercado internacional.

Isto determinou, a nível político, o surgimento de uma oligarquia baseada na exportação, que foi sucessivamente enfraquecida pela ascensão da nova classe média – empregados estatais, das forças armadas e trabalhadores do comércio e no âmbito da educação.

Além disso, a época em questão foi também caracterizada por um aumento demográfico significativo, resultante também da consistente imigração no país, nomeadamente da China e do Japão.

A instabilidade política, como é evidente, é considerada uma característica da realidade peruana; na verdade, o século XX foi palco de golpes de Estado que permitiram a várias figuras a sua ascensão no cenário político do Estado: por exemplo, Augusto B. Leguía y Salcedo, presidente do Peru duas vezes – o primeiro mandato entre 1908 e 1912 e o segundo desde 1919 a 1930, chamado “*oncenio*”, - conseguiu o poder através de um golpe de Estado. Com o passar do tempo, o governo de Leguía transformou-se em um regime autoritário marcado pela concentração do poder e pela supressão da oposição política. Na verdade, os poucos partidos que se formaram desde a independência do país em 1821 e que se desenvolveram durante o século XIX, desapareceram quase no seu total durante esta ditadura repressiva, sendo a única exceção a *Alianza Popular Revolucionaria Americana*¹¹ (APRA) (Rozman, 1970, p. 540). Ao mesmo tempo, Leguía é considerado o primeiro presidente moderno peruano, uma vez que facilitou a economia do país andino ao mercado financeiro internacional, assim como a construção de uma vasta rede de infraestruturas que tornaram a capital do país, Lima, em uma capital moderna (Atwood, 2001, p. 156)

¹¹ A *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA) é um partido político importante do Peru, cuja fundação houve em 1924 por Víctor Raúl Haya de la Torre. A ideologia do partido era essencialmente socialista, nacionalista e anti-imperialista.

Devido à grande depressão que originou nos Estados Unidos de América, depois da queda da bolsa de Wall Street, a situação económica do país piorou fortemente entre os anos '30 e '40. Estas dificuldades económicas tiveram impacto também a nível político, dando origem a um novo período de instabilidade, caracterizado pelo avanço das forças militares e autoritárias na esfera política e pela sua manutenção do seu poder durante décadas.

2.2 O Difícil Caminho para a Democracia

No Peru, o caminho para a democracia e a formação de um governo democrático foi sempre um grande desafio. Isto deve-se, como se viu anteriormente, à forte instabilidade política, assim como aos problemas económicos e sociais que causaram instabilidade interna e que permitiram a ascensão de figuras pertencentes à esfera militar na política do país através de inúmeros golpes de Estado.

Hunefeldt argumenta que a ingerência das forças armadas a nível político representa uma peculiaridade relativa aos países da América Latina. De facto, esta passagem verifica-se nos momentos de crises nacionais e instabilidade e são resolvidos com a tomada de poder pelas autoridades militares, com o objetivo de manter a ordem pública e de evitar a insurreição da população (Hunefeldt, 2004, p. 217).

Esta realidade difere fortemente do que acontece normalmente no caso da Europa, em que as forças armadas defendem as fronteiras dos seus países de ameaças externas e não internas, como no caso da América Latina (Hunefeldt, 2004, p. 218).

Por essa razão, a tomada de poder pelas forças mencionadas tornou difícil a instauração de um governo totalmente democrático, capaz de respeitar a representação e participação dos cidadãos na política, assim como garantir os seus direitos e desenvolvimento económico.

De facto, a realidade do panorama político peruano desde a implementação da sua república em 1821 afetou e abrandou consideravelmente o seu caminho para a democracia, deixando espaço para a formação de inúmeros regimes militares e autoritários, nomeadamente ao longo do século XX.

A partir dessa época, então, verificaram-se vários golpes de Estado levados a cabo por figuras pertencentes ao mundo militar. A ascensão destas forças à esfera política é causada também, segundo Gómez, pela fragmentação e fraqueza dos partidos do país, fatores que determinam, em muitos casos, o seu sucesso durante só uma campanha eleitoral (Gómez, 1964, p. 302).

A segunda metade do século XX no Peru conta com algumas continuidades em relação às décadas anteriores. Nomeadamente, durante o período entre 1948 e 1968 os governos tentaram ampliar o papel do Estado e da sua burocracia, com o objetivo de promover a integração e coesão social. Por outro lado, o Peru registou um significativo

aumento da sua população, de 7 milhões a 22 milhões e uma migração em massa das áreas rurais para as urbanas, nomeadamente Lima.

A nível económico, nestas décadas o Peru voltou ao crescimento devido à exportação, atingindo níveis semelhantes aos anteriores a 1929.

Por outro lado, no que diz respeito à política peruana, este período foi para o Peru um período de estagnação, devido aos vinte anos de ditadura militar que abrandaram o desenvolvimento democrático do país. Na verdade, nesta época houve a ascensão de mais duas figuras pertencentes à esfera militar: por um lado, o General Manuel Odría conquistou o poder através de um golpe de Estado em 1948 em prejuízo do anterior Presidente José Luis Bustamante y Rivero e governou o país durante oito anos até 1956.

Após a repressão política da ARPA e dos comunistas, Odría candidatou-se como único candidato às eleições de 1950 que lhe permitiu atingir ao poder, apesar das manifestações dos estudantes e das greves (Hunefeldt, 2004, p. 215-216).

Sucessivamente, a figura dominante da cena política dos anos '60 foi o Presidente Fernando Baláunde Terry com o seu partido *Acción Popular*. Baláunde Terry distingue-se dos outros presidentes previamente mencionados por ter conseguido o poder democraticamente.

Na verdade, o seu primeiro mandato¹² (1963-1968) é considerado como um avanço democrático no Peru: na verdade, o seu governo promoveu a participação dos cidadãos no processo político e, por exemplo, a promoção da igualdade.

Porém, esta fase democrática foi interrompida por mais um golpe de Estado em 1968 pelo General Juan Velasco Alvarado, devolvendo assim o poder político às mãos das forças armadas e instaurando o *Gobierno Revolucionario de la Fuerza Armada*.

Com o governo de Velasco Alvarado, o país atravessou um período de transformação radical. De facto, a sua administração adotou uma agenda nacionalista e socialista, com o objetivo de resolver as desigualdades sociais e económicas e promoveu a industrialização, assim como estatização dos principais setores da economia peruana, como a mineração, a pesca e os bancos. Além disso, foi implementada uma reforma agrária que resultou ser um fracasso, determinando a bancarrota do Estado.

Posteriormente, os anos '80 do Peru coincidem com o surgimento da época do terrorismo, em que vários movimentos violentos mudaram drasticamente a realidade do

¹² Baláunde Terry foi sucessivamente eleito como Presidente do Peru em 1980.

país; por exemplo, o *Sendero Luminoso – Partido Comunista del Perú* e o *Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA)* destabilizaram a vida política e social do país.

Apesar das tentativas, os dois governos democráticos de Baláunde Terry (1980-1985) e Alan García (1985-1990) não conseguiram controlar o avanço e afirmação destas organizações.

O final da década é relevante devido à ascensão de uma figura política que transformou o país nos dez anos que seguiram: Alberto Fujimori. O seu mandato, de 1990 a 2000, foi marcado por uma combinação de reformas económicas, um estilo de governação tipicamente autoritário e um legado envolto em grandes escândalos e controvérsias.

A aparição de Fujimori no cenário político peruano verificou-se em 1989, com a fundação do seu partido *Cambio '90*. No ano seguinte, em 1990, o líder candidatou-se às eleições presidenciais enquanto candidato independente e, depois de ter derrotado Mario Vargas Llosa, famoso escritor neoliberalista, foi eleito presidente da república.

O contexto em que ocorreu a ascensão política de Fujimori é importante, uma vez que, como referido por Cotler, durante os anos '80 o panorama conflitual dos partidos peruanos determinou o índice mais alto de volatilidade eleitoral da América Latina. Consequentemente, a maioria dos cidadãos inclinava-se em favor de candidatos “independentes”, exatamente como no caso de Fujimori (Cotler, 2000, p. 22).

Em geral, pode-se afirmar que através do governo de Fujimori foi reestabelecida e reequilibrada a situação económica do país e houve o combate ao terrorismo e subversão, assim como a perseguição do narcotráfico e a sua redução, determinando, portanto, a relativa recuperação da autoridade estatal peruana perante estas ameaças. Porém, para este fim, verificou-se a erosão da ordem constitucional peruana e a consequente instauração de um regime autoritário que se resumia na figura do seu ditador, Fujimori (Cotler, 2000, p. 14-15).

De facto, as inclinações para o autoritarismo tornaram-se evidentes a 5 de abril de 1992, quando ele proclamou o *autogolpe*. Nesta ocasião, Fujimori encerrou o Congresso, suspendeu a Constituição e assumiu o poder judicial com o apoio das forças armadas e de outras elites poderosas (Burt, 2009, p. 386). Consequentemente, Fujimori conseguiu dominar a maioria dos órgãos e instituições do governo, incluindo as forças armadas e o poder judicial, com a ajuda de Vladimiro Montesinos. O autoritarismo relativo ao governo de Fujimori deve-se, como argumentado por Atwood, pela convicção do presidente de ter

salvado o país da instabilidade dos governos anteriores e, por consequência, a sua missão era a de prevenir o retorno desta anarquia (Atwood, 2001, pp. 162-163).

No ano seguinte, em 1993, Fujimori impôs uma nova constituição que lhe permitiu ganhar novamente as eleições em 1995. O seu regime foi profundamente caracterizado pelo abuso do poder estatal para o contraste e repressão dos opositores políticos, assim como o estrito controle sobre os média, corrupção e deterioração dos direitos humanos.

Em 2000 Fujimori tentou um terceiro mandato como presidente que acabou por ser fortemente controverso devido à sua ilegalidade. Além disso, a tentativa do regime de assegurar a vitória através da sua manipulação eleitoral desencadeou manifestações de rua e suscitou a condenação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do governo dos Estados Unidos da América. Apesar disso, Fujimori conseguiu o terceiro mandato presidencial em julho de 2000 (Burt, 2009, pp. 386-387).

Contudo, os meses sucessivos ao início deste mandato revelaram-se difíceis para o presidente e os seus colaboradores, devido aos inúmeros escândalos que os afetaram e que sucessivamente determinaram o colapso do *fujimorismo* e a fuga do presidente para o Japão, onde renunciou ao seu cargo.

Esta fase política no Peru, após a rutura democrática ocorrida em 1992, demonstra a fragilidade contínua das normas e instituições democráticas no país. De facto, apesar de as eleições e separação de poderes existirem no Peru, a sua capacidade de garantir a responsabilidade democrática foi enfraquecida pela centralização do poder na figura de Fujimori. Além disso, nesta fase verificaram-se graves violações dos direitos humanos, resultado dos poderes de emergência conferidos à esfera militar para o combate ao terrorismo (Mauceri, 1997, p. 909).

A transição para a democracia no Estado andino teve início através da figura de Valentín Paniagua, o congressista que obteve a presidência no mês de novembro de 2000 depois do colapso do governo de Fujimori. A ascensão de Paniagua determinou, finalmente, o fim do regime autoritário e estabelecimento de três pilares fundamentais: o retorno ao sistema democrático, a garantia de um processo eleitoral livre e transparente e a manutenção estável da economia (Deza, 2004, p. 147).

O processo de democratização iniciado com Paniagua foi continuado por Alejandro Toledo, eleito presidente em 2001, apesar das dificuldades devido aos vários ataques e críticas da oposição, assim como a falta de administração em vários temas. Mais, a

situação no país continuava a ser instável pelos problemas estruturais, a corrupção que continuava a ser uma realidade e, por fim, os protestos e as marchas (Deza, 2004, p. 150).

Estas grandes manifestações, como analisado por Tanaka, inscreveram-se dentro de uma lógica democrática do governo da altura que, obviamente, promovia ideais democráticos. Consequentemente, as massas recusavam tudo o que pudesse ser associado ao *fujimorismo* e autarquia; contudo, mesmo que o governo suportasse a liberdade de expressão dos cidadãos, não sabia lidar com as protestas (Takana, 2002).

Nos últimos vinte anos, apesar de o Peru ter construído um aparato institucional democrático, as acusações de corrupção e os inúmeros escândalos relativos à classe política dirigente dos vários governos que se seguiram um ao outro têm resultado na forte instabilidade do cenário político do país.

A título de exemplo, mais recentemente, em dezembro de 2022, o Presidente da República Peruana Pedro Castillo foi destituído, após ter tentado efetuar um autogolpe. Na verdade, a 7 de dezembro de 2022, o mesmo dia em que o Congresso tinha que decidir se destituir o Presidente ou não¹³, Castillo anunciou a temporária dissolução do Congresso com a consequente instauração de um governo de emergência (El País, 2022).

Esta decisão, segundo Castillo, deve-se pela forte presença das forças de centro-direita da oposição no Congresso que, desde o início do seu governo, tentaram comprometer o Estado de direito no Peru, com o consequente estabelecimento de uma “ditadura do Congresso”.

Na verdade, desde a tomada de poder de Castillo em julho de 2021, o seu partido marxista *Perú Libre* tem sido objeto de um impasse político que resultou na quase impossibilidade da promoção de qualquer legislação.

O golpe de Estado do ex Presidente representa uma violação da democracia e do Estado de direito, razão pela ele foi detido em Lima, deixando o seu cargo nas mãos de Dina Boluarte que desde o início tentou resolver a rotura da ordem constitucional.

A detenção de Castillo e a ascensão de Dina Boluarte determinou o início de violentas protestas e manifestações pro-Castillo em todo o Peru, nomeadamente nas áreas em que havia mais apoiantes do ex Presidente. De facto, os manifestantes pediam eleições antecipadas, uma nova constituição e a demissão de Boluarte (CNN, 2022).

¹³ Este ato representa a terceira tentativa para a remoção do (ex) Presidente Pedro Castillo do seu cargo desde o início do seu governo em julho de 2021.

Em resposta aos protestos e às manifestações, o governo de Boluarte mobilizou as forças armadas e decretou o Estado de emergência, limitando os direitos de reunião e concedendo poderes especiais às forças de segurança que, em várias ocasiões, têm sido acusadas de usar força excessiva contra os manifestantes (Freedom House, 2023).

A Freedom House é uma organização cujo objetivo é estudar o Estado da democracia internacionalmente. No seu relatório de *Global Freedom Status* a organização classifica o Estado da democracia e da liberdade em todos os países do mundo como *Free*, *Partly Free* ou *Not Free*.

No relatório de 2023 o Peru é classificado como *Partly Free* com uma pontuação de 70/100, resultante dos dados atribuídos aos direitos políticos e liberdades civis que são, respetivamente, de 29/40 e 41/60. Este resultado é diferente do do ano passado, onde o Peru era considerado *Free*, com uma pontuação de 72/100. Se bem a mudança é mínima, de dois pontos, o dado correspondente ao ano de 2023 é o menor dos últimos anos: em 2017, de facto, segundo o mencionado relatório, o Peru contava com 72/100, atribuindo-lhe o estatuto de Estado *Free*. No ano seguinte, em 2018, o Peru registou uma pontuação de 73/100, mantendo, então, a tendência de estabilização democrática registada no ano anterior. Mais, nos anos a seguir, o resultando do relatório da Freedom House ficou quase sempre estável, vendo exclusivamente a deterioração no relatório publicado este ano.

Esta mudança deve-se, segundo a Freedom House, pela instabilidade causada pelo *impeachment* contra Castillo e as violentas protestas que seguiram (Freedom House, 2023).

Em conclusão, através desta introdução sobre a democracia no Peru, entende-se que o país tem percorrido um percurso complexo e evolutivo. De facto, desde as primeiras tentativas de governação democrática com a implementação da República até os vários períodos de regimes autoritários, o Peru passou por uma série de transições e desafios políticos, como a instabilidade política, a desigualdade social, a corrupção e o surgimento de grupos insurretos.

2.3 A Riqueza da Cultura Peruana

Na experiência maturada durante o estágio na Embaixada do Peru em Portugal, o âmbito cultural teve um papel importante, devido principalmente à exposição à cultura peruana, ao estrito contacto com a comunidade peruana e, por fim, à planificação dos eventos culturais promovidos pela Embaixada, com o objetivo de exportar a cultura do país a Portugal. Por essa razão, é importante destacar as características principais da cultura peruana.

Quando se aborda a questão da cultura peruana, é necessário destacar o facto de ela ter uma relação fortemente interligada com a história do país. Na verdade, a cultura contemporânea do Peru tem sido profundamente moldada e transformada pelos eventos históricos que interessaram o país desde as civilizações mais antigas que habitaram a região até as que lá se estabeleceram mais recentemente.

Hoje em dia, este fator determinou a pluriculturalidade e pluriétnica que caracteriza o Peru. Apesar disso, é importante também argumentar que a riqueza do ponto de vista cultural não tem sido sempre harmoniosa e bem vista; de facto, ao longo da história as diferenças culturais têm sido interpretadas frequentemente com dificuldade (Ministerio de Cultura, 2014).

A proteção e a promoção da multiculturalidade peruana são garantidas pela Constituição atualmente em vigor no país desde 1993:

“Artículo 2º:

Toda persona tiene derecho:

19. A su identidad étnica y cultural. El Estado reconoce y protege la pluralidad étnica de la Nación. Todo peruano tiene derecho a usar su propio idioma ante cualquier autoridad mediante un intérprete. (...)

Artículo 17º:

(...) El Estado preserva las diversas manifestaciones culturales y lingüísticas del país.”

A riqueza da cultura peruana, como mencionado, é o resultado das várias civilizações que habitaram ou que ao longo dos séculos se estabeleceram na região, deixando fortes marcos ainda visíveis em vários aspetos da sociedade peruana.

O primeiro forte impulso à formação cultural do Peru foi dado pelas civilizações pré-colombianas, sendo os Incas os que influenciaram em maneira mais consistente em vários aspetos, apesar de os sítios arqueológicos e os idiomas falados ainda no país serem os marcos mais visíveis da passagem deste povo.

De facto, grande parte da herança destas civilizações é inscrita na Lista do Património Mundial da UNESCO, na qual o Peru conta com treze bens inscritos (UNESCO, 2023). A título de exemplo, destacam-se duas zonas arqueológicas, fulcro das culturas Chavín - o Sítio Arqueológico de Chavín de Huantar – e Chimú - Zona Arqueológica de Chan Chan. Além disso, mencionam-se as Linhas e Geoglíficos de Nazca e Pampas de Jumana, a Cidade de Cusco que, situada no coração dos Andes, tornou-se um centro fundamental do Império Inca, tendo funções religiosas e administrativas diferenciadas. Outras ruínas importantes pertencentes a esta cultura dizem respeito ao Qhapaq Ñan, o sistema de caminhos andino, que representa uma vasta rede de 30'000km construída pelos Incas que se estende dos Andes até as costas do Oceano Pacífico e que, durante séculos, facilitou a comunicação, o transporte e o comércio dos Incas. Por fim, o Santuário Histórico de Machu Picchu, situado a 2430 metros de altura, representa provavelmente o bem mais conhecido e visitado pertencente a esta civilização pré-colombiana (UNESCO, 2023).

Como analisado no subcapítulo anterior, o ano 1532 é considerada uma data importante da história do Peru, uma vez que foi o momento em que teve início a conquista do Império Inca e a conseqüente e progressiva colonização do território. Este evento, obviamente, determinou grandes mudanças também do ponto de vista cultural, dado que a conquista do território pelos espanhóis determinou a introdução de novas influências culturais europeias e católicas que transformaram drasticamente o substrato cultural pré-colombiano.

De facto, a época colonial, através da chegada dos espanhóis ao continente americano no século XVI, originou o contacto entre a civilização pré-existente e a europeia e o progressivo incremento da presença cultural europeia na região. De facto, a chegada dos conquistadores alterou o processo cultural andino e determinou o nascimento de novas expressões e manifestações culturais crioulas e mestiças, fortemente moldados pelos ideais da igreja católica (Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú; 2023).

De mesma forma, um outro consistente contributo à formação da cultura peruana atual foi dado pela influência africana, transplantada na região por causa da escravidão e

do comércio de escravos – a cidade de Lima, de facto, foi um grande centro desta realidade.

Hoje em dia, a presença dos afro-peruanos na cultura do país não é só na culinária, nas danças tradicionais e na música, mas também na poesia (Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú; 2023).

Após a independência de Espanha e a consequente instituição da República do Peru, o país testemunhou a chegada de mão-obra originária de vários lugares no mundo, especificamente asiáticos e europeus, para remediar ao fim da escravidão e à libertação dos afro-peruanos empregados.

Relativamente à presença asiática, nomeadamente de chineses e japoneses, importa evidenciar que estas minorias tiveram um impacto muito forte sobre a culinária e gastronomia do país. De facto, estes grupos étnicos aportaram técnicas de cocção, assim como a utilização inovadora de ingredientes oriundos do Peru (Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú; 2023).

A época republicana, portanto, foi caracterizada pela imigração de várias componentes étnicas ao Perú e determinou a consolidação de uma expressão cultural heterogénea e colorida que persiste na época atual.

Por essa razão, é possível considerar a cultura peruana como uma ou como “muitas” ao mesmo tempo, devido à grande mistura de todas as culturas que criaram a consciência e identidade peruana contemporânea. A grande riqueza cultural do país sul-americano é visível na culinária, na arte, na dança e na arquitetura.

Por causa disso, uma parte consistente da política do Peru, quer a nível nacional, quer a nível exterior, empenha-se na promoção da sua cultura, assim como na sua proteção, como se verá na Parte II deste trabalho, dedicada a examinar este aspeto, nomeadamente relativamente à ação da Embaixada do Peru em Portugal.

2.4 Orientações Gerais da Política Externa Peruana

Após a implementação da República Peruana em 1821, a política externa do Peru definiu-se fundamentalmente através de dois eixos: por um lado, houve o esforço para o reconhecimento internacional do Peru que se consolidou no século XIX, nomeadamente com a nomeação de Bartolomé Herrera em qualidade de embaixador peruano perante os Estados Papais. Por outro lado, o outro eixo fundamental da política peruana para o exterior foi o estabelecimento e consolidação dos limites territoriais e marítimos com os Estados fronteiriços, Equador, Colômbia, Brasil, Bolívia e Chile. Este longo processo, que não foi só diplomático, concluiu-se em 1942, dando origem às atuais fronteiras políticas peruanas (García Belaunde, 2015, p. 39-41).

Sucessivamente, os anos' 50 do século XX consideram-se o momento de impulso para as primeiras iniciativas de integração latino-americana, a nível económico e de cooperação política. De facto, inspirada no Tratado de Roma de 1957 e a consequente fundação da Comunidade Económica Europeia (CEE) no continente europeu, os países da América Latina reuniram-se para a criação da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960 (García Balaunde, 2021, p. 130-131).

Em 1969 o Peru deu impulso à integração andina e, através do Acordo de Cartagena assinado por Bolívia, Colômbia, Chile¹⁴, Equador e Peru, institucionalizou-se a Comunidade Andina (CAN), em resposta à *“insatisfação dos seus fundadores em respeito à velocidade de avanço da ALALC e ao tratamento dado aos países relativamente menos desenvolvidos”* (Comunidad Andina, 2004).

Desde a sua fundação, este projeto de integração regional determinou a aproximação dos Estados andinos a vários níveis. Relativamente ao aspecto institucional, em 1979 foi instituído o Tribunal de Justiça do Acordo de Cartagena, com o objetivo de vigiar a legalidade da normativa andina, o Parlamento Andino e, finalmente, o Conselho Andino de Ministros de Relações Exteriores para o planeamento de uma política exterior comum aos países membros. Mais tarde, em 2003, a CAN ampliou a sua agenda, adicionando outros eixos importantes à sua ação: o desenvolvimento social, o desenvolvimento sustentável e a construção de um mercado comum. Neste sentido, em

¹⁴ O Chile foi membro do Pacto Andino até 1976, quando Augusto Pinochet anunciou a sua retirada devido a incompatibilidades económicas.

2007 foi dado impulso ao aspecto social, cultural, económico, político e ambiental (Del Prado, 2015, pp. 161-163).

Mais recentemente, em 2011, devido à crise da CAN, o Peru com o então presidente Alan García convidou os presidentes de Chile, Colômbia, México para se reunirem em Lima, com o objetivo de liderar o lançamento de uma nova iniciativa a nível regional: a Aliança do Pacífico. Esta nova tentativa de interligar estes países latino-americanos tinha como pressuposto as afinidades económicas e em matéria de integração relativamente aos mercados internacionais; na verdade, estes países tinham acordos de livre comércio entre eles e com Estados Unidos e União Europeia, assim como com a China, salvo a Colômbia (García Belaunde, 2021, p. 142). Além disso, a Aliança do Pacífico não é exclusivamente uma organização de tipo económico; de facto, conta também com dois eixos que excedem a este âmbito: a livre circulação de pessoas e a cooperação entre os membros em várias áreas: entre outros, a vertente diplomática e consular, estudantil e académica, o voluntariado e do meio ambiente e mudanças climáticas (Nahimas, 2015, pp. 263-269).

Relativamente ao multilateralismo, o Peru é membro ativo da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

No que diz respeito à primeira, o país detém uma importância estratégica, uma vez que o país foi um dos membros fundadores em outubro de 1945 e, hoje em dia, é envolvido em vários assuntos da organização, tendo também a capacidade de influenciar as negociações com o objetivo de realizar e proteger os seus interesses nacionais.

Entre muitos, o Peru é envolvido em várias operações para a manutenção da paz em diferentes partes do mundo, especificamente no continente africano. Além disso, o papel do Peru é fundamental nos projetos para o contraste às mudanças climáticas e ao tráfico de drogas (De Zela, 2015, pp. 231-236).

Por outro lado, a OEA é o principal organismo multilateral que atua na região em diferentes temas e neles o Peru é também um autor preponderante nas decisões.

A promoção da democracia representa um assunto essencial da agenda da OEA, de tal forma que esta levou a cabo diferentes decisões para tal fim, por exemplo a assinatura da Convenção Americana dos Direitos Humanos em 1969 e a modificação da Carta da OEA em 1985 através da adição da vertente da promoção democrática.

Em todo este processo, De Zela argumenta que a participação do Peru foi importante não só enquanto promotor destas decisões, mas também como proponente de algumas iniciativas.

Para além disso, destacam-se outros campos de ação da organização em que o Peru tem influência: os direitos humanos, a luta contra as drogas e a seguridade hemisférica.

No que diz respeito às relações entre o Peru e o continente europeu, nomeadamente com a União Europeia, Jorge Valdez define-as assimétricas e de baixa intensidade (Valdez, 2015, p. 101). No específico, a presença do Peru no comércio europeu é ainda escassa, ocupando só o 49º lugar entre os sócios comerciais da UE. Por outro lado, a UE representa para o país andino o terceiro parceiro comercial após Estados Unidos e China e o primeiro investidor (Delegation of the European Union to Peru, 2023).

Esta relação díspar deve-se por diversos fatores: em primeiro lugar, o Peru não é geograficamente próximo ao continente europeu, não sendo, portanto, estratégico para as questões de segurança europeias. Além disso, o contexto sul-americano não é uma zona de conflito e a sua sociedade é composta geralmente por países de renda média, não determinando, por isso, a intervenção da UE como acontece em outras regiões do mundo (Valdez, 2015, pp. 112-114).

No entanto, o Peru e a UE cooperam em várias áreas, incluindo a defesa dos direitos humanos, a promoção da democracia e da integração regional (Delegation of the European Union to Peru, 2023).

No âmbito europeu, a República Peruana tem relações próximas com Portugal, como se analisará na Parte II do presente relatório. Através da estreita ligação com o país lusitano, o Peru também avançou em direção da comunidade multilateral mais influente e importante do mundo lusófono, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A CPLP, fundada a 17 de julho de 1996, reúne os países lusófonos¹⁵ e tem como objetivos principais a defesa e promoção da língua portuguesa internacionalmente e a concertação e cooperação político-diplomática entre os Estados membros (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2023).

Esta organização representa para o Peru um meio eficaz e útil para a sua aproximação ao continente africano e para a dinamização das suas relações com estes

¹⁵ Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste

países, dado que, como mencionado anteriormente, a África esteve sempre presente e influente na evolução da história peruana e da sua cultura (Gobierno del Perú, 2020).

Por essa razão, em 2020 o Peru apresentou a sua candidatura para a categoria de Observador Associado da CPLP que foi sucessivamente aceite e formalizada em julho do ano seguinte.

O posicionamento do Estado Peruano a nível internacional, nomeadamente na sua relação com a União Europeia e na sua ativa participação nas várias organizações internacionais de que faz parte, aumenta o seu prestígio e o seu poder atrativo, enquanto promotor de valores e ideais em que outros países se podem identificar. Além disso, este posicionamento internacional aproxima o Peru aos outros países, incentivando a cooperação, o intercâmbio e a instauração de relações duradouras, positivas e estáveis.

2.5 Conclusões

Em conclusão, no seu percurso histórico, o Peru passou por várias etapas diferentes entre si: do epicentro do vasto império Inca, o maior da América do Sul, a uma das muitas colónias espanholas e, finalmente, a república e Estado independente.

Apesar das diferenças entre estas passagens, o Peru hodierno mantém as características de todas estas fases que são ainda visíveis na cultura, na culinária, na língua e nos costumes dos peruanos. Por isso, a sua sociedade é extremamente multiétnica e pluricultural e nela coexistem elementos em contraste entre si.

Politicamente, o estabelecimento da democracia foi, desde o início da era republicana, um grande desafio, por causa da profunda instabilidade política que afetou grande parte desta fase. A instabilidade política determinou, por sua vez, o surgimento de regimes militares e autoritários durante grande parte da história recente do Peru, tornando difícil a consolidação de instituições democráticas no país.

Porém, no século XXI, pode-se afirmar que o Peru é um país democrático graças à sua constituição e às suas instituições; no entanto, o país ainda sofre de instabilidade política que frequentemente desestabiliza a democracia e o seu normal funcionamento.

A nível exterior, o Peru sempre teve em consideração a sua história e cultura na formulação das suas políticas para o exterior. Neste sentido, o país tem sido um grande sustentador da integração andina, defendendo a colaboração com outros países para melhor valorizar as diversidades entre os povos andinos, bem como as características em comum. Além disto, o Peru participa ativamente em diversas organizações regionais e internacionais, como no caso da OEA e da ONU, e desenvolve relações importantes com a União Europeia e os seus estados-membros.

Mais recentemente, o Peru tem redescoberto a sua ligação com o continente africano com o qual pretende estabelecer ligações, razão pela qual se candidatou a observador associado da CPLP em 2020, aproximando-se também a Portugal.

Esta apresentação geral do país, a nível histórico, cultural e da política externa, representa uma base teórica necessária para enquadrar e definir o contexto em que se desenvolveu o estágio na Embaixada do Peru em Portugal. Na Parte II a seguir, as noções teóricas e as ferramentas analíticas analisadas anteriormente serão utilizadas para enquadrar as atividades que foram realizadas na instituição.

PARTE II: ESTÁGIO NA EMBAIXADA DO PERU EM PORTUGAL

CAPÍTULO 3:

AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE O PERU E PORTUGAL

A segunda parte do presente relatório de estágio abordará, por um lado, a origem das relações existentes entre a República Peruana e a República Portuguesa, destacando o primeiro Tratado de Comércio e Navegação de 1853, acordo que estabeleceu formalmente as relações diplomáticas entre os dois Estados. Além disso, apresentar-se-ão outras áreas de cooperação entre o Peru e Portugal, destacando a importância dos respetivos acordos que foram assinados ao longo da história mais recente. Esta parte é fundamental para entender o contexto em que surgiram as relações entre os dois países e como elas se mantêm hoje em dia, a nível político-diplomático e cultural, e através da Embaixada do Peru em Portugal.

Por outro lado, o Capítulo IV visa aprofundar a experiência do estágio em si, a partir da descrição do local em que decorreu o estágio, à apresentação da Embaixada do Peru e da sua equipa, ao estudo da comunidade peruana em Portugal. Além disso, apresentam-se todas as atividades realizadas na Secção Consular no âmbito do mencionado estágio, que podem ser divididas em três categorias principais: em primeiro lugar, a comunicação com o público, em segundo o atendimento ao público com os “*trámites*” consulares e, por fim, a organização de eventos culturais.

Se bem os dois primeiros pontos foram as atividades mais recorrentes, devido à intensa afluência do público às instalações da Embaixada, a vertente cultural também representou uma parte fundamental do trabalho realizado durante os seis meses.

Na verdade, a organização de eventos culturais pela Embaixada constitui um meio importante para a promoção da cultura peruana em Portugal, sendo também um meio para atrair públicos estrangeiros e incrementar os intercâmbios mútuos entre Portugal e o Peru.

Da mesma forma, a proteção do património cultural peruano em Portugal é competência da Embaixada do Peru, entidade que, em conjunto com as autoridades portuguesas, empenha-se na recuperação e devolução de bens culturais pertencentes ao património cultural da nação peruana que, por diferentes razões, foram ilegalmente exportados do país de origem.

Finalmente, a segunda parte conclui-se com as considerações finais sobre tal experiência, mencionando as competências e o conhecimento adquiridos, assim como as dificuldades encontradas durante a execução das atividades enquanto estagiário.

3.1 O Início das Relações Bilaterais entre o Peru e Portugal

O Peru e Portugal partilham uma história de relações culturais, comerciais e económicas desde os tempos coloniais, nomeadamente após a conquista do Império Inca por Espanha e após a institucionalização do Vice-Reinado do Peru. Na verdade, do século XV até o século XVIII, os portugueses representaram uma grande parte da população estrangeira no Peru, para o qual emigraram sobretudo por razões comerciais durante a unificação da coroa portuguesa e espanhola, que ocorreu de 1580 a 1640 (Embajada del Perú en la República Portuguesa, 2019).

Porém, a origem das relações diplomáticas entre os dois países é mais recente, uma vez que a aproximação político-diplomática ocorreu exclusivamente após a independência peruana do Império espanhol em 1821, com a instituição da República Peruana. De facto, as primeiras ligações diplomáticas tiveram origem em 1853 em Washington com a assinatura de um Tratado de Comércio e Navegação (Portal Diplomático, 2023). Nomeadamente, este Tratado de Comércio e Navegação permitia a recíproca liberdade de comércio e navegação nos respetivos territórios (Tratado Comércio e Navegação entre a República do Peru e o Reino de Portugal, 1863).

Esta primeira aproximação entre os dois Estados é importante, uma vez que a assinatura do Tratado por Portugal legitimou, de qualquer forma, a instituição da recém-formada República Peruana enquanto Estado independente de Espanha. Na verdade, a partir desse momento, o Peru teve que iniciar a sua projeção internacional, estabelecendo relações diplomáticas com outros Estados de forma independente e segundo as suas orientações.

Os primeiros contactos formais entre os dois países eram, então, essencialmente de carácter comercial. Por essa razão, as fontes indicam que o primeiro agente diplomático peruano enviado a Portugal no século XX foi acreditado como encarregado de negócios (Embajada del Perú en la República Portuguesa, 2019).

As relações entre o Peru e Portugal iniciaram a intensificar-se e abranger outros âmbitos de cooperação após as representações diplomáticas de os dois países terem sido elevadas ao estatuto de embaixadas em 1938, como mencionado na página oficial online da Embaixada do Peru na República Portuguesa.

Atualmente, a relação e cooperação entre os dois Estados abrange diversos âmbitos: o político, económico e cultural.

De facto, em 1977 foi assinado em Lima o Convénio de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Peruana e o Governo da República Portuguesa (Portal Diplomático, 2023). Este primeiro Convénio Intercultural, como consta na primeira página do documento, teve o objetivo de *“fortalecer os laços de amizade entre os seus povos e a mútua colaboração dos da cultura, da ciência e da educação (...)”* (Acordo de Intercâmbio Cultural entre a República Portuguesa e a República Peruana, 1977).

Nomeadamente, este acordo prevê a colaboração entre os dois países a diversos níveis, principalmente relativamente à promoção cultural: na verdade, ambos países se empenham, entre outros, no *“conhecimento recíproco e para o desenvolvimento da educação e da cultura”*, na *“colaboração entre as instituições oficiais educativas, culturais e científicas”* de ambos países, na facilitação de *“manifestações culturais, exposições, representações teatrais, espetáculos musicais (...)”*. Para além disto, um outro aspeto importante deste acordo diz respeito à *“proteção do património nacional arqueológico, histórico e artístico e a proibição da sua exportação ilegal”*. Neste sentido, o Acordo prevê que *“nos casos em que os mencionados valores do património (...) tenham sido ilegalmente introduzidos no território de uma das partes contratantes, esta procederá à sua devolução a pedido, por via diplomática, da outra parte”* (Acordo de Intercâmbio Cultural entre a República Portuguesa e a República Peruana, 1977).

Para complementar este objetivo, em 2012 os dois países assinaram um outro acordo, o *Acordo entre a República Portuguesa e a República do Peru para a proteção, conservação, recuperação e devolução de bens culturais, paleontológicos, arqueológicos, artísticos e históricos, furtados, roubados e ilicitamente exportados ou transferidos*. Como no acordo estipulado em 1977, o objetivo deste acordo foi estabelecer um regime jurídico aplicável entre os dois Estados em matéria de proteção, conservação, recuperação e devolução de bens culturais que foram exportados ou transferidos ilegalmente (Resolução da Assembleia da República n.º1147/2017; 2017).

Nisto, o papel da Secção Consular da Embaixada do Peru na República Portuguesa é essencial, uma vez que se dedica a aplicar e tratar destes assuntos, através da organização de eventos culturais, exposições artísticas de vários géneros e, por fim, trata também da recuperação de peças pertencentes ao património cultural peruano e a devolução formal ao Peru. Em relação a esta última vertente, na verdade, em Portugal são encontradas frequentemente peças do património peruano que saíram ilegalmente do país

e, como se verá no capítulo sucessivo, a Embaixada do Peru em Portugal trata da recuperação destes bens e da sua devolução formal ao Peru.

Ao longo dos anos, estipularam-se outros Acordos relativos a várias áreas: por exemplo, em matéria de investimentos foi assinado em 1944 o *Acordo entre a República Portuguesa e a República do Peru sobre a Promoção e a Proteção recíproca de investimentos* com o objetivo de intensificar a cooperação económica entre os dois países. Nomeadamente, com a assinatura deste documento, promoveram-se condições mais favoráveis para a realização de investimentos pelos investidores de uma das duas partes no território da outra parte (Acordo entre a República Portuguesa e a República do Peru sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos, 1944).

No âmbito fiscal, em 2012 foi celebrada uma Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento.

Em conclusão, portanto, a assinatura destes tratados que dizem respeito a diferentes âmbitos de cooperação, é a demonstração das boas relações existentes entre Portugal e o Peru, que desde a independência tem investido fortemente na instauração de ligações com o país europeu.

CAPÍTULO 4:

ESTÁGIO NA EMBAIXADA DO PERU EM PORTUGAL

Com o capítulo IV introduz-se a parte prática do relatório de estágio, relativa a experiência maturada durante experiência na Embaixada do Peru na República Portuguesa, destacando as tarefas realizadas e, geralmente, o meu papel na instituição.

O meu estágio curricular teve início a 12 de setembro de 2022 e concluiu-se a 31 de março de 2023, tendo, portanto, uma duração de 800 horas.

A escolha da Embaixada do Peru enquanto local para o meu estágio curricular deve-se, em primeiro lugar, pelo meu forte interesse pelo mundo da diplomacia, nomeadamente pela diplomacia cultural. A este aspeto, adicionei a minha grande paixão pela América Latina, pelas suas línguas e pelas suas culturas, tornando a Embaixada do Peru em Portugal, o único local ao qual me candidatei para a execução do estágio, a minha melhor opção. Apesar de nunca ter viajado ao Peru tive sempre interesse em conhecer este país, caracterizado pela sua importante história e riqueza cultural.

O objetivo deste capítulo é, então, a análise da Embaixada do Peru em Portugal, do seu funcionamento, do seu papel e das tarefas que foram realizadas durante o meu estágio curricular, aprofundando também dados sobre a comunidade peruana residente em Portugal.

Além disso, apresentar-se-á a vertente cultural da Embaixada, que se dedica à promoção da cultura peruana em Portugal e à sua proteção. Nomeadamente, esta parte visa descrever os eventos culturais que foram realizados pela Embaixada, com o objetivo de mostrar como ocorre a promoção cultural peruana.

4.1 A Embaixada do Peru na República Portuguesa

Formalmente, a Embaixada do Peru na República Portuguesa é uma entidade adscrita ao *Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú* (MRE), o organismo do poder executivo peruano cujo âmbito de ação é o setor dos negócios estrangeiros e a representação do Estado internacionalmente, através do serviço diplomático da República e do serviço exterior. Concretamente, o *MRE* tem competência em matéria de política exterior, relações internacionais e cooperação internacional.

Enquanto entidade do mencionado Ministério, a Embaixada do Peru em Portugal representa a primeira missão diplomática do Estado peruano perante a República Portuguesa e as suas funções são a representação do Peru perante Portugal, as suas autoridades e a sua sociedade, assim como a realização dos seus interesses nacionais neste país a diferentes níveis: político, económico, cultural e social.

Nesse sentido, o Peru conta com representações e missões diplomáticas na maioria dos países do mundo; relativamente ao território português, o Peru detém uma Embaixada, situada na capital do país, Lisboa, e um Consulado Honorário na cidade do Porto, no norte do país. Contudo, é importante esclarecer que todas as atividades diplomáticas e consulares se realizam na Embaixada localizada em Lisboa, dado que o Consulado Honorário tem exclusivamente uma função representativa em que, por exemplo, não se efetuam procedimentos consulares. Normalmente, o Consulado Honorário é gerido por uma figura não pertencente à carreira diplomática e é um cidadão do Estado de acolhimento. Neste caso, o Cônsul Honorário peruano no Porto é o Sr. Raimundo Durão.

Como já referido anteriormente, a Embaixada do Peru em Lisboa representa a missão diplomática principal do Estado peruano perante Portugal e, nela, desenvolvem-se todas as atividades para a cooperação política e diplomática entre o Peru e Portugal. Esta instituição é gerida pela figura do Embaixador, o Chefe da Missão. O atual Embaixador do Peru na República Portuguesa é o Sr. Carlos Manuel Gil de Montes Molinari, que apresentou as suas credenciais ante o Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, a 17 de janeiro de 2022.

Além disso, a Embaixada do Peru em Portugal contém ao seu interno a Secção Consular, o sítio em que se desenvolveram a maioria das minhas tarefas, estreitamente ligadas aos serviços e procedimentos consulares. A mesma é gerida pelo Chefe da Secção

Consular, o meu orientador do estágio, Gustavo Bravo Espinoza, sendo também o Chefe dos Assuntos Culturais da Embaixada.

Nesse sentido, é importante destacar as diferenças entre uma Embaixada, um Consulado e uma Secção Consular: situada na capital política de um Estado e gerida pela figura de um Embaixador, a Embaixada representa o ponto principal de representação diplomática de um país em outro e facilita e veicula a comunicação e cooperação política, económica e social entre os governos dos dois países.

Por outro lado, o Consulado constitui uma representação diplomática extra, uma extensão da Embaixada, normalmente em vastos países, em que os cidadãos não precisam de deslocar-se para a capital. Habitualmente, a função principal de um Consulado é a de desenvolver funções administrativas, fornecendo apoio e assistência à comunidade de nacionais residente no país, por exemplo através da emissão de documentos e atuando enquanto registo civil.

Porém, como no caso da Secção Consular da Embaixada do Peru em Portugal, existem casos em que o Consulado pertence fisicamente à Embaixada, chamando-se, por isso, Secção Consular.

Relativamente à fundação da Embaixada, é árduo determinar com precisão a data em que se verificou o estabelecimento da instituição, devido à falta de documentação nos arquivos e à falta de informação pela equipa diplomática da Embaixada. Porém, a página online oficial da Embaixada do Peru em Portugal fornece um período específico, o século XX, em que se verificou a acreditação do primeiro agente diplomático em Portugal em qualidade de encarregado de negócios. De mesma forma, faz-se menção também ao ano de 1938 em que, segundo esta fonte, o Peru e Portugal elevaram as suas representações diplomáticas à categoria de Embaixada¹⁶.

O funcionamento da missão diplomática do Peru em Portugal guarda estreita interdependência com a sua estrutura intrínseca, isto é, com a coletividade de indivíduos que a integram. De facto, cada membro tem uma função específica e permite o bom funcionamento da atividade diplomática que se desenvolve diariamente na Embaixada.

Nomeadamente, a equipa da Embaixada do Peru é constituída por sete membros, dividida essencialmente entre diplomáticos e não diplomáticos. O primeiro grupo, os

¹⁶ Apesar de estas informações terem sido encontradas na página oficial da Embaixada, não são indicadas as fontes pelas quais foram retirados estes dados. Contudo, na minha opinião, o ano de 1938 poderia ser coerente, uma vez que o documento mais antigo que encontrei no arquivo da Embaixada, uma ata de nascimento, remonta a 1940.

diplomáticos, é constituído exclusivamente por peruanos¹⁷ e engloba as funções mais relevantes da estrutura da Embaixada. O acesso a estes cargos implica a conclusão da *Academia Diplomática del Perú Javier Pérez de Cuéllar*, o centro superior de formação profissional do Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú e único meio para o acesso ao serviço diplomático deste país.

No Peru, as categorias da carreira diplomática são sete, sendo o cargo de 1) Embaixador o mais importante. Seguem as categorias de 2) Ministro, 3) Ministro Conselheiro, 4) Conselheiro, 5) Primeiro Secretário, 6) Segundo Secretário e 7) Terceiro Secretário. Todas estas figuras são sujeitas à rotação, isto é, todos os funcionários do serviço diplomático peruano servem alternadamente no exterior e no Peru, nomeadamente por um prazo não maior de cinco anos no exterior e não menor de três anos no Peru.

No que diz respeito à Embaixada em Portugal, não são presentes todas as categorias previamente mencionadas, existindo só três das sete existentes.

Nomeadamente, o topo desta estrutura é ocupado pelo Embaixador Carlos Gil de Montes Molinari, o primeiro representante diplomático peruano perante Portugal. Segue o Ministro Manuel Álvarez Espinal, responsável principalmente dos assuntos político-diplomáticos. Em terceiro lugar, o Conselheiro Gustavo Bravo Espinoza que se ocupa das relações jurídicas, da cooperação e dos assuntos culturais, sendo também o Chefe da Secção Consular e, por fim, o orientador do meu estágio. Em quarto lugar, apesar de não ser diplomático, está o Agregado Civil Jaime Pérez del Solar Cuculiza, cuja função é a promoção de investimentos, do comércio exterior e do turismo.

É importante destacar que todas estas figuras respondem diretamente ao Embaixador, o Chefe da Missão, mas, por sua vez, têm que seguir as indicações com o Ministerio de Relaciones del Perú em Lima, com o qual estão constantemente em contacto.

O restante da equipa da Embaixada é formado pela Secretária do Embaixador, Joana Antunes, que se dedica à programação da agenda do Embaixador e ao contacto com as autoridades portuguesas e as outras missões diplomáticas existentes em Portugal e a Secretária Administrativa Camila Ribeiro, que trata de assuntos administrativos e contabilísticos da Embaixada. Por fim, a Concierge Teresa Franco desempenha várias funções, nomeadamente gere os vários arquivos, os documentos e recebe os cidadãos que se dirigem às instalações da instituição.

¹⁷ Entre outros, um requisito fundamental para o acesso à carreira diplomática peruana é ser cidadão peruano por nascimento.

4.2 As Atividades Desenvolvidas no Âmbito do Estágio

Relativamente às atividades desenvolvidas no âmbito do estágio, elas foram realizadas principalmente na Secção Consular, juntamente ao Chefe da Secção Consular Gustavo Bravo Espinoza. O estágio teve uma duração de 6 meses, nomeadamente de 800 horas; o meu horário de trabalho era de segunda-feira a sexta-feira, das 9:00h às 18:00h e realizou-se nas instalações da Embaixada do Peru em Portugal, na Avenida da Liberdade 144, 8E, em Lisboa.

Este espaço, como já referido, ocupa quase metade das instalações da Embaixada e é dividido em três áreas principais: em primeiro lugar, a receção/sala de espera representa o sítio em que as pessoas que se apresentam à Embaixada para os procedimentos consulares e onde permanecem durante a realização dos mesmos.

Em segundo lugar, estava o meu escritório, diretamente ligado à receção/sala de espera, mas separado dele por um balcão. O meu espaço de trabalho contava com equipamentos eletrónicos como um computador para a normal utilização, um computador exclusivamente utilizável para as solicitações de passaporte – que se efetua em linha – e que deve estar constantemente ligado à VPN do Peru. Além disso, estavam outros equipamentos, como uma câmara – usada principalmente para as fotografias de passaportes – duas impressoras e um scanner de impressões digitais, para a identificação dos cidadãos.

Por fim, a última área da Secção Consular é formada pelo escritório do Chefe da Secção Consular, em que normalmente ocorria a assinatura e preparação final de documentos, assim como o arquivo da maioria dos documentos preparados no âmbito consular.

Fundamentalmente, o meu cargo na Secção Consular foi o de Assistente Consular, uma vez que tive de apoiar todas as atividades levadas a cabo pelo Chefe da Secção Consular. Nomeadamente, o trabalho que desenvolvi na Secção Consular pode ser dividido em três áreas principais, que se analisarão no específico a seguir: **1)** comunicação com o público **2)** atendimento ao público **3)** organização de eventos culturais.

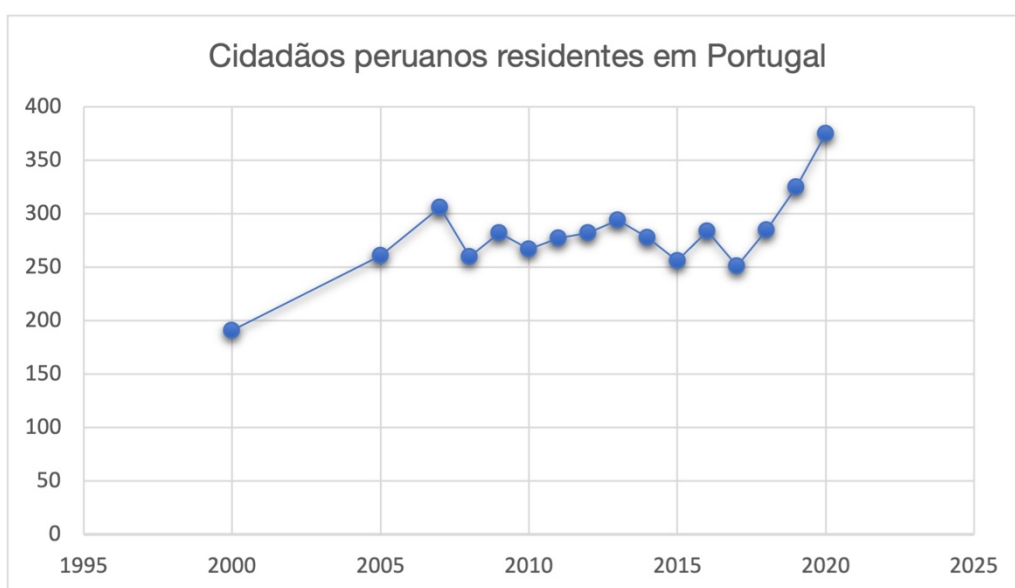
- **A Comunidade Peruana em Portugal**

Antes de entrar no específico sobre as minhas tarefas e as atividades desenvolvidas, é essencial definir e descrever o público que se apresentava diariamente às instalações da Embaixada e que, durante seis meses, acabei por conhecer e instaurar um diálogo amigável: a comunidade peruana. De facto, todo o trabalho realizado pela Embaixada é dirigido à comunidade peruana residente em Portugal, com o objetivo de proteger os seus interesses e garantir os seus direitos.

Em termos demográficos é importante esclarecer que, diferentemente de outros países da Europa como Itália, Suíça e Espanha, a comunidade peruana em Portugal ainda é constituída por um número limitado de indivíduos, mas que cresceu de forma quase exponencial nos últimos anos.

De facto, segundo os dados oficiais do último relatório disponível do SEF – Serviço Estrangeiros e Fronteiras –, o de 2021, a população peruana com estatuto legal de residente em Portugal contava 466 indivíduos, nomeadamente 177 homens e 289 mulheres, sendo só a 70ª nacionalidade mais populosa no país.

Contudo, este número tem aumentado quase exponencialmente nos últimos anos: de facto, o Gabinete de Estratégia e Estudos da República Portuguesa publicou um relatório que mostra a tendência de crescimento da população peruana em Portugal, cujos dados são apresentados no gráfico¹⁸ a seguir:

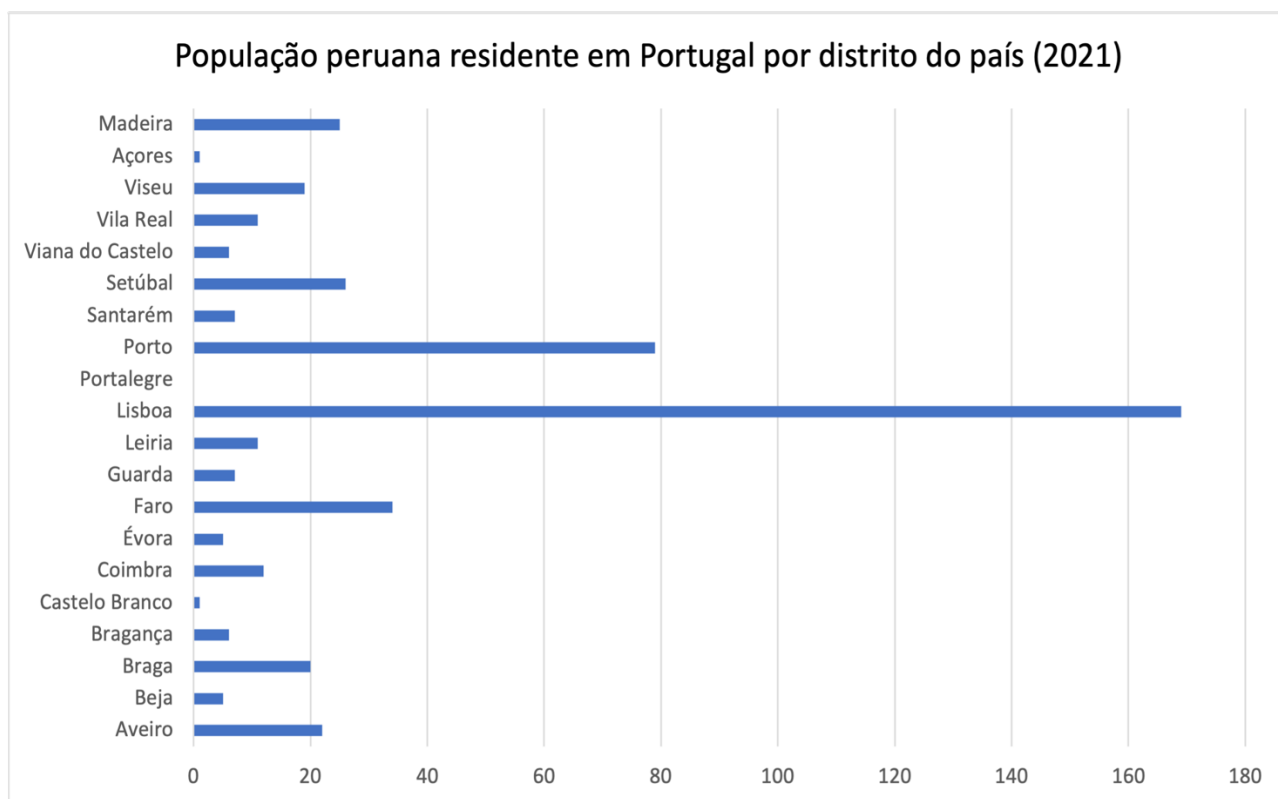


¹⁸ Autoria própria.

Como evidente no gráfico¹⁹ que reporta os dados do relatório, no ano de 2000 os cidadãos peruanos residentes em Portugal eram 191, dado que subiu para 261 indivíduos em 2005. Este número incrementou ainda em 2007, ano em que os imigrantes peruanos registados em Portugal eram 306. Porém, a tendência de crescimento inverteu nos anos a seguir, atingindo o mínimo em 2017, quando os cidadãos peruanos residentes em Portugal eram 251.

Contudo, esta tendência mudou a partir de 2018, ano em que o crescimento inicial registado começou a tomar o seu ritmo inicial, determinando o aumento anual quase exponencial da população peruana em Portugal: em 2018, na verdade, a comunidade era constituída por 285 indivíduos, 325 em 2019, 375 em 2020 e, por fim, 466 em 2021.

Relativamente à sua distribuição no território português, no mencionado relatório realizado pelo GEE indica-se que a comunidade peruana está fortemente radicada no distrito de Lisboa, tendo, de facto, 169 indivíduos. Segue-se o distrito do Porto com 79 indivíduos e Faro com 34.



Deste gráfico depreende-se que a comunidade peruana residente em Portugal está espalhada pelo país, porém se concentra nos distritos mais densamente populosos como Lisboa e o Porto, coerentemente com a demografia portuguesa.

¹⁹ Autoria própria.

Os dados demográficos elaborados nos relatórios das autoridades portuguesas, contudo, não refletem o real número dos cidadãos peruanos presentes em Portugal. Na verdade, estima-se que o número de peruanos atualmente presentes em Portugal seja maior, aproximadamente ao redor dos 1000 indivíduos. Este é o valor estimado pela equipa da Embaixada e é calculado tendo em consideração o número de *trámites* realizados e o número de pessoas incluídos na lista de contactos de peruanos no país.

Para explicar esta consistente diferença entre os dois dados é necessário ter em conta vários fatores: em primeiro lugar, a razão que está na base desta consistente diferença entre os dados apresentados pelas autoridades portuguesas e pela estimativa da Embaixada do Peru em Portugal diz respeito ao facto de os relatórios elaborados pelo SEF e GEE levarem em consideração exclusivamente os cidadãos estrangeiros que já dispõem de autorização de residência em Portugal. Consequentemente, todos os outros cidadãos peruanos em Portugal que ainda não tenham regularizado a sua situação migratória – frequentemente devido aos longos tempos de espera para o agendamento do SEF – ou que contem com a manifestação de interesse²⁰, não são incluídos no cálculo final.

Além disso, a equipa da instituição peruana argumenta que um outro fator que determina a discrepância entre os dois valores diz respeito àqueles cidadãos peruanos que, através de uma das várias vias²¹ previstas pela lei portuguesa, adquiriram a cidadania portuguesa, deixando, por isso, de fazer parte da contagem do SEF, mas não deixando de usufruir dos serviços da Embaixada para tratar de diferentes assuntos no Peru.

Um outro ponto a ter em consideração e que é determinante na inconsistência entre os resultados é o facto de inúmeros peruanos não residentes em Portugal terem realizado procedimentos consulares na Secção Consular em Portugal. Na verdade, isto ocorre frequentemente, devido aos longos tempos de espera nas Embaixadas do Peru em outros países, como Espanha. Além disso, a Embaixada do Peru apoia, se bem não seja na sua jurisdição, os cidadãos peruanos que residem em países em que não existe nenhuma representação do Estado peruano, como por exemplo Cabo Verde e Angola. Vários foram os casos de peruanos que tiveram que se deslocar para Portugal para, por exemplo,

²⁰ A manifestação de interesse representa o primeiro passo para a regularização da situação migratória em Portugal. Normalmente, os que tenham chegado a Portugal em qualidade de turista ou sem visto, podem solicitar a manifestação de interesse para ter a permissão de ficarem no território nacional português.

²¹ Os estrangeiros em Portugal podem obter a nacionalidade de portuguesa se residem legalmente no país há, pelo menos, cinco anos. Além disso, os que se tenham casado com um cidadão português têm direito à obtenção da mencionada nacionalidade.

renovar o passaporte ou realizar outros *trámites* consulares, apesar de estarem fora da jurisdição da Embaixada do Peru em Portugal.

Por fim, um último elemento diz respeito ao facto de os turistas peruanos também requererem assistência consular, embora, obviamente, não tenham residência em Portugal.

Em conclusão, o que vale salientar é o facto de estas pessoas escolherem cada vez mais Portugal como destino de emigração e, para perceber as razões que estão atrás desta escolha, foi fundamental o contacto direto com a comunidade que diariamente se apresentava à Secção Consular.

De facto, a relação próxima que instaurei com muitas das pessoas que realizaram *trámites* permitiu-me entender os reais motivos da emigração para o país europeu; em primeiro lugar, a maioria das pessoas evidenciam as melhores condições de vida e oportunidades de emprego que oferece Portugal enquanto país europeu e membro da União Europeia, com todas as suas vantagens. Nomeadamente, se por um lado o valor da *remuneración mínima vital*²² (RMV) do Peru corresponde a S/. 1025, cerca de 255€, por outro lado o salário mínimo português resulta ser mais competitivo, sendo o triplo do peruano e equivalente atualmente a 760€.

O inferior salário mínimo peruano, evidentemente, é proporcionado a um custo de vida fortemente inferior do que o português. Porém, os peruanos e as peruanas, pais e mães de família, que emigraram sós para Portugal para poderem sustentar as suas famílias no país de origem constituem uma realidade; na verdade, é definitivamente mais fácil o sustentamento de filhos que moram no Peru através de um salário português.

Para além disso, Portugal oferece melhores oportunidades de emprego, nomeadamente para trabalhadores com graus académicos elevados.

De mesma forma, muitos estudantes peruanos escolhem Portugal como destino para os seus estudos, devido à boa qualidade da educação, assim como dos atrativos *rankings* de muitas universidades portuguesas.

Uma outra razão que tornou Portugal um destino de emigração fortemente concorrido pelos cidadãos peruanos diz respeito à segurança que, em vários casos, como testemunhados pelas pessoas que se apresentaram à Embaixada, representa até o motivo principal da mudança para Portugal.

²² O salário mínimo do Peru, fixado pelo *Ministerio de Trabajo y Promoción del Empleo*.

Efetivamente, Portugal está no topo de todos os *rankings* existentes em matéria de segurança: a título de exemplo, Portugal ocupa o 6º posto no *Global Peace Index 2022*. O Peru, pelo contrário, ocupa o 101º posto, tornando evidente que a questão de segurança no país sul-americano ainda representa uma problemática não indiferente para os seus cidadãos.

Uma outra causa fundamental diz respeito ao português que, se bem diferente do idioma espanhol, ainda é apercebido familiar pelos hispanofalantes que, geralmente, não têm dificuldades em perceber essa língua, devido às grandes semelhanças a nível da gramática, do léxico e da pronúncia.

Além do aspeto linguístico, vários imigrantes peruanos fazem menção à maior facilidade em cumprir os requisitos migratórios impostos pelas autoridades portuguesas que, efetivamente, têm sido bastante convenientes – nomeadamente para os países da CPLP, com maior enfoque no Brasil – e têm atraído muitos trabalhadores estrangeiros.

Apesar disso, para muitos peruanos Portugal representa exclusivamente um destino temporário, até a obtenção da residência ou até da cidadania, para depois mudar-se para outros países da Europa que, segundo estes indivíduos, têm ainda mais oportunidades de emprego e melhores condições de vida.

- **As Tarefas Realizadas na Secção Consular da Embaixada do Peru em Portugal**

Como mencionado ao início deste capítulo, as minhas tarefas realizadas na Secção Consular da Embaixada do Peru em Portugal podem ser agrupadas em três áreas distintas: em primeiro lugar a comunicação com o público, em segundo o atendimento ao público e, por fim, o âmbito cultural.

1) Comunicação com o público

Uma importante parte do trabalho realizado na Secção Consular dizia respeito à comunicação com o público, sendo ele constituído não exclusivamente pela comunidade peruana, mas também aos cidadãos portugueses e, geralmente, à comunidade residente em Portugal.

O primeiro ponto de comunicação da Embaixada, de facto, é constituído pelos contactos oficiais, sendo o telemóvel – que conta também com uma linha destinada só às emergências – e o correio eletrónico da Secção Consular os meios mais utilizados para entrar em contacto com a Embaixada.

Apesar de existirem estes dois meios, o correio eletrónico representou o mais utilizado relativamente ao atendimento ao público, ou seja, para responder às perguntas, dúvidas e pedidos. Além disso, foi também a única maneira para o agendamento de marcações para a realização de todos os procedimentos consulares na Secção Consular, dado que geralmente se recebiam exclusivamente pessoas com marcação prévia.

Por correio eletrónico, então, fornecia-se qualquer tipo de informação e era o único meio utilizado para as marcações que, normalmente, previam o envio prévio da documentação necessário ao fim de realizar o *trámite* solicitado. Por essa razão, uma vez que se tivesse recebido toda a informação – as ditas *generales de ley*, como nome, apelido, endereço, etc. – e toda a documentação necessária – a maioria dos *trámites* requeriam a identificação do solicitante através do seu *Documento Nacional de Identificación* (DNI) e passaporte – e o recibo do pagamento podia-se confirmar a marcação.

Para além da comunidade peruana em Portugal, a comunicação também ocorria com as autoridades portuguesas, nomeadamente com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o ponto de encontro formal entre o Peru e Portugal. O contacto com esta instituição era desenvolvido normalmente através de notas formais. A este respeito, o meu

contributo era essencialmente em termos de traduções da documentação em espanhol enviada a partir do *Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú*; nomeadamente, o meu trabalho era de traduzir ditos documentos em língua portuguesa e realizar uma projeção da nota a enviar para a área do ministério competente. De mesma forma, a tradução era também realizada a partir de documentos portugueses a ser enviados, em espanhol, para o *Ministerio de Relaciones Exteriores no Peru*.

Além disso, preponderante foi também o contacto com outros tipos de entidades portuguesas, nomeadamente em vista da organização de eventos culturais promovidos pela Embaixada. Na verdade, como se analisará, os vários eventos culturais da Embaixada do Peru em Portugal foram organizados em instituições portuguesas, por exemplo museus, organizações, universidades, fundações, entre outros. Para esse efeito, o meu papel era essencialmente o de estabelecer o primeiro contacto, tentando individuar a área de cooperação específica para os objetivos da Embaixada e tentando obter um contacto específico com um responsável da área em questão.

2) Atendimento ao público

O atendimento ao público constitui a parte maior do trabalho que foi realizado ao longo dos seis meses na Secção Consular. Na verdade, enquanto Assistente Consular, o meu enfoque principal era a realização de procedimentos consulares, depois do seu agendamento através dos canais que se acaba de mencionar.

A este respeito, é fundamental destacar que todos os *trámites* realizaram-se na Secção Consular da Embaixada do Peru, em Lisboa. Isto significa, então, que todos os requerentes tiveram de deslocar-se para Lisboa para a realização dos *trámites* solicitados.

Contudo, verificou-se frequentemente a assistência e o apoio a cidadãos peruanos que residem em países fora da jurisdição da Embaixada do Peru em Portugal, como por exemplo Cabo Verde e Angola. De facto, a República Peruana não tem missões diplomáticas nestes países, resultando na frequente deslocação de cidadãos peruanos principalmente para Portugal para a realização de procedimentos consulares e, geralmente, para a assistência.

Além disso, a Secção Consular organiza, uma vez por ano, um *Consulado Itinerante*. Em outras palavras, a Embaixada do Peru organiza, em uma outra cidade do país, um momento em que os residentes nas áreas limítrofes podem realizar *trámites* sem a necessidade de deslocar-se até a Embaixada situada em Lisboa. Em 2022, na verdade, o

Consulado Itinerante realizou-se na cidade do Porto, devido ao grande número de solicitantes na região.

Relativamente aos tipos de procedimentos consulares possíveis na Secção Consular, é importante esclarecer que a Embaixada, enquanto representado do Estado, garante os serviços prestados pelos registos civis peruanos. Por essa razão, na Secção Consular é possível inscrever nascimentos, matrimónios e defunções:

- **Actas de nacimiento** > a inscrição de nascimentos de filhos de cidadãos peruanos nascidos em Portugal constitui o primeiro passo para a obtenção da cidadania peruana. Para esse efeito, é necessário que os pais apresentem a certidão de nascimento portuguesa e que assinem a *acta de nacimiento* do Peru, para que o recém-nascido possa adquirir a nacionalidade peruana. De facto, a partir da assinatura, o solicitante pode pedir o seu primeiro DNI e passaporte.
- **Actas de matrimonio** > os cidadãos peruanos que celebrem casamentos em Portugal têm direito a inscrever dito matrimónio perante as autoridades peruanas, de forma a tornar legal o matrimónio também no Peru. De facto, após a assinatura da *acta de matrimonio* pelos contraentes, o casamento é registado no Peru e o Estado civil do(s) cidadão(s) peruano(s) é atualizado ante RENIEC, a entidade que atua enquanto Registo Civil no Peru.
- **Actas de defunción** > inscreve-se o falecimento de um cidadão peruano ocorrido em Portugal.

Além destes procedimentos, na Secção Consular é possível também *tramitar*:

- **Autorización de viaje de menor de edad** > os menores de idade peruanos, para saírem do Peru, necessitam de uma autorização de viagem assinada por ambos os pais. Normalmente, portanto, no caso em que um dos pais resida em Portugal e queira que o filho saia do Peru, por motivos de turismo por exemplo, deve necessariamente assinar esta autorização que é posteriormente enviada ao Peru e deve ser apresentada às autoridades migratórias no aeroporto.
- **Certificaciones y legalizaciones consulares** > frequentemente, aos cidadãos peruanos residentes em Portugal é requerida a apresentação de documentos peruanos certificados ou com a sua assinatura legalizada perante um funcionário do

consulado²³. Por essa razão, a Secção Consular certifica ditos documentos. A título de exemplo, o tipo de certificação mais comum é a da *Licencia de Conducir* para a troca para a Carta de Condução usada em Portugal²⁴. Na verdade, na Secção Consular emite-se uma constância em que se indica a validade e autenticidade da *Licencia de Conducir*, emitida pelo *Ministerio de Transporte y Comunicaciones del Perú* (MTC), que será posteriormente apresentada ao Instituto de Mobilidade e Transporte de Portugal (IMT) para a conversão do título.

Um outro tipo de certificação comum diz respeito aos certificados de estudos de conclusão de grau emitidos pelos ensinos no Peru. De facto, para que possam ser reconhecidos em Portugal são frequentemente requeridas pelas autoridades portuguesas certificações dos mesmos.

- **Documento Nacional de Identidad (DNI)** > a Secção Consular permite também realizar a renovação e retificação do DNI, apesar de este trâmite ser de competência de uma outra entidade peruana, RENIEC (Registro Nacional de Identificación y Estado Civil). Por isso, a Secção Consular envia mensalmente às oficinas de RENIEC os vários pedidos e, em um prazo de uns meses, o novo DNI é entregue à Embaixada através da mala diplomática.

Apesar de os cidadãos peruanos residentes no estrangeiro não precisarem necessariamente do DNI no país de acolhimento, este tem sempre que estar em validade, uma vez que é um requisito obrigatório para aceder a todos os serviços e benefícios do Estado peruano.

Frequentemente, os peruanos residentes no estrangeiro recorrem à retificação do seu DNI por razões eleitorais. Na verdade, votar no Peru é obrigatório para todos os cidadãos de maior idade e o não cumprimento desta obrigação comporta multas eleitorais. Por isso, muitos cidadãos retificam o endereço que aparece no seu DNI com uma direção no país de residência no estrangeiro, neste caso em Portugal, para não receber multas e, por sua vez, poder votar neste país.

²³ O Peru e Portugal são signatários da Convenção da Apostila da Haia, que permite o reconhecimento de documentos emitidos por um país em outro, se este tiver a Apostila. Porém, no caso do Peru, a Apostila pode ser exclusivamente solicitada ante o Ministerio de Relaciones Exteriores e não ante as oficinas consulares. Por isso, para evitar o envio do documento ao Peru para a Apostila, a Embaixada certifica os documentos, apesar da certificação consular não ser equivalente à Apostila.

²⁴ Enquanto turistas, os cidadãos peruanos podem conduzir em Portugal durante os primeiros três meses com a sua *Licencia de Conducir*. Uma vez que tenham solicitado a residência portuguesa, são obrigados a converter esse documento para a Carta de Condução portuguesa.

- **Passaporte biométrico** > a renovação do passaporte biométrico representa, como se mencionará ao longo deste capítulo, o procedimento consular mais comum e solicitado pelos peruanos. Na verdade, este documento, de validade internacional, diferentemente do DNI, permite a identificação destas pessoas em Portugal e, obviamente, permite-lhes viajar fora do país.

A República Peruana emite três tipos de passaportes: o passaporte ordinário, que se destina a todos os cidadãos, o passaporte especial, reservado a funcionários em viagem oficiais para conta do Estado e, por fim, o passaporte diplomático que é exclusivamente destinado aos membros do Serviço Diplomático e às suas famílias. O Passaporte da República do Peru permite a entrada dos seus cidadãos em 88 países do mundo sem visto, incluindo Portugal. A este respeito, os peruanos podem viajar para Portugal por turismo e podem ficar no país três meses sem precisarem de nenhum visto.

A solicitude de passaportes é efetuada em um sistema específico e é elaborada pelo Sistema Central de Passaportes Biométricos Peruanos que verifica os dados da pessoa solicitante. Uma vez que se tenha verificado dita informação, os novos passaportes são enviados diretamente do Peru e são recebidos em Portugal em um prazo de aproximadamente um mês.

- **Salvoconductos** > o salvo-conduto é um documento emitido pelas oficinas consulares exclusivamente em caso de emergência e em vista de uma viagem iminente. Na verdade, os cidadãos peruanos que perdem o passaporte ou são vítimas de roubos e precisam de viajar iminentemente, podem solicitar este documento na Secção Consular da Embaixada. Este documento, contudo, tem a validade de só uma viagem que, normalmente, se destina ao Peru ou ao país de residência do solicitante.
- **Visas** > outro *trámite* frequentemente solicitado diz respeito ao visto. Embora existam vários tipos de visto²⁵, os que normalmente são emitidos nas oficinas consulares são os vistos de turismo.

Apesar de os cidadãos portugueses não precisarem de um visto para ir ao Peru²⁶,

²⁵ Artista, Trabalhador Designado, Trabalhador Residente, Rentista, Profissional Independente, Estudante, Religioso, Investidor e Imigrante. Todos os vistos de residência peruanos são emitidos no Peru, pela *Superintendencia Nacional de Migraciones*.

²⁶ Os cidadãos portugueses podem ingressar ao Peru sem necessitar de visto e podem permanecer no território peruano por 90 dias (3 meses) em qualidade de turistas.

outras várias nacionalidades residentes em Portugal necessitam de dita autorização para entrar legalmente no país.

Além disso, um caso interessante relativamente a emissão de vistos diz respeito aos vistos de artista emitidos em ocasião do Festival do Fado em Lima de 2022, ao qual participou também a nota fadista portuguesa Mariza.

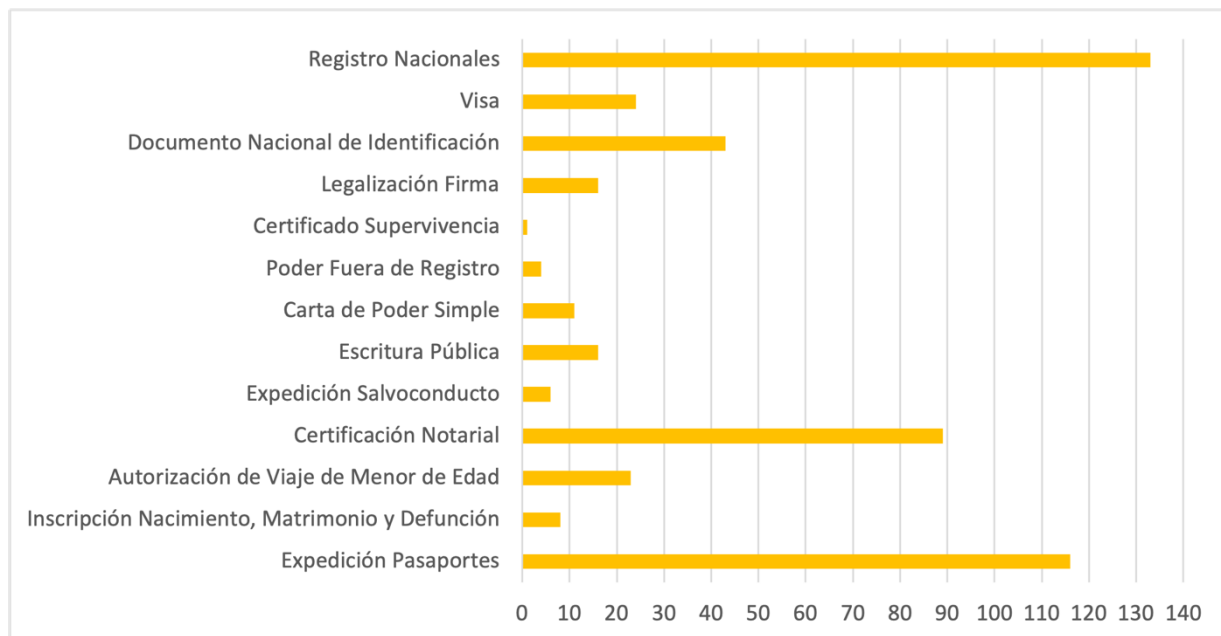
Além disso, uma outra área que constitui grande parte do trabalho que é realizado cotidianamente na Secção Consular diz respeito aos Atos Notariais. Nomeadamente, na Embaixada existiam diferentes tipos de Atos Notariais que se podiam solicitar:

- **Escrituras Públicas** > a procuração por escritura pública é utilizada para que um procurador possa realizar vários procedimentos em seu nome no Peru, por exemplo divórcio, arrendamento, compra e venda de imóveis, regularização de imóveis, herança e doações.
- **Poder Fuera de Registro** > este tipo de procuração serve para que uma pessoa no Peru possa realizar trâmites administrativos, por exemplo pedir os antecedentes penais, os documentos do movimento migratório, pedir passaportes para menores de idade.
- **Cartas de Poder Simple** > a *Carta de Poder Simple* é uma legalização de firma e não a legalização do conteúdo do documento apresentado. É usada frequentemente para trâmites perante municipalidades, colégios, serviços de água, luz e eletricidade, entre outros.

Todos os *trámites* mencionados, sendo os de inscrição de nascimentos, casamentos e defunções a única exceção, são sujeitos ao pagamento das taxas consulares que, habitualmente, são calculadas em *soles consulares*. A taxa de câmbio, no caso do Euro, corresponde a 1 Sol Consular = 1 Euro.

Em termos de dados específicos, entre 19/09/2022 e 31/03/2023 realizei 531 procedimentos consulares, como consta no *Registro General de Entradas* da Secção Consular da Embaixada. O RGE representa o total de autoadesivos consulares imprimidos: nomeadamente, à realização de cada procedimento consular corresponde um autoadesivo que, em outras palavras, constitui o recibo do *trámite* realizado. O sistema do RGE, portanto, mostra, em um determinado período temporal, quantos autoadesivos – trâmites – foram efetuados. Mediamente, tomando como ponto de partida o total dos

procedimentos consulares efetuados, 531, e o número de dias de trabalho na Secção Consular, 145, é possível calcular que realizei 3,6 trâmites por dia, sendo este resultado coerente com a quantidade de marcações agendadas que havia por dia, normalmente não superior às quatro.



No específico, como referido no gráfico²⁷ apresentado, é importante destacar quais foram os procedimentos mais requeridos pela comunidade de peruanos em Portugal: em primeiro lugar, apesar de não constituir um trâmite específico, está o registo de nacionais com 133 autoadesivos imprimidos. Este processo representa a inscrição formal no registo da Embaixada e, habitualmente, o documento é preenchido durante a solicitude de passaporte. Nomeadamente, o solicitante fornece as suas informações como nome, apelido, endereço e contactos de emergência, entre outros. Este procedimento é efetuado a cada pedido de passaporte e para todos os recém-chegados que não estão formalmente inscritos na lista de nacionais da Embaixada. Este número é importante porque, como referido anteriormente, denota não só o crescente número de cidadãos peruanos em Portugal, mas também o incoerente valor mencionado nos relatórios das autoridades portuguesas.

Em segundo lugar, a solicitude de passaportes biométricos constitui o segundo procedimento consular mais requerido, com 116 solicitudes. Na verdade, como explicado anteriormente, o passaporte representa o único documento de que os cidadãos peruanos

²⁷ Autoria própria.

necessitam para a sua identificação em Portugal, assim como o único documento que lhes permite de entrar e sair do país.

Seguem, em terceiro lugar, as certificações notariais realizadas foram 89. Este termo refere-se, em geral, a todos os documentos emitidos pela Embaixada – constâncias, declarações, etc – que foram certificadas perante um funcionário consular. Apesar de o tipo de documentos serem vários, a maioria dos documentos certificados na Secção Consular foram as constâncias de validade das cartas de condução dos cidadãos peruanos. Na verdade, este documento é fundamental para os imigrantes em um país e o alto número de pedidos é uma prova factual desta realidade.

Para além das constâncias de validade da carta de condução, foram elaboradas várias constâncias de estado civil, documento que certifica o estado civil do solicitante através de RENIEC e que pode ser apresentado às autoridades portuguesas competentes para efeitos de casamento.

A renovação ou retificação do Documento Nacional de Identidad (DNI) representa o quarto trâmite consular mais realizado na Secção Consular com 43 autoadesivos consulares imprimidos. Como mencionado anteriormente, normalmente os cidadãos peruanos residentes no estrangeiro recorrem à renovação do seu DNI para poder aceder aos serviços do Estado – por exemplo, não é possível realizar uma procuração se o DNI do solicitante não estiver válido. Quanto à retificação, ela é fundamental para incorrer em multas eleitorais: com a ratificação da residência, os peruanos em Portugal não as recebem e, por sua vez, têm o direito de votar desde Portugal.

A estes quatro *trâmites* mais solicitados seguem a emissão de visas (24), as Autorizações de Viagem para Menores de Idade (23), as Escrituras Públicas (16), as legalizações de assinatura, as Cartas de Poder Simples, as Inscrições de Nascimentos, Casamentos e Defunções (8), a expedição de Salvocondutos (6), os Poderes Fora de Registo (4) e, por fim, os Certificados de Supervivência (1).

Além dos procedimentos consulares, uma outra área de trabalho importante da Secção Consular, se bem menos frequente, dizia respeito à assistência aos casos humanitários: estes referem-se aos cidadãos peruanos que, por várias razões, se encontram em situação de emergência em Portugal. Consequentemente, a ação da Embaixada é fundamental para que os direitos destes indivíduos sejam respeitados. Porém, por motivos de confidencialidade e privacidade, não se aprofundará no específico este campo de ação da Embaixada.

3) Âmbito cultural

Nesta secção cumpre aprofundar o âmbito cultural, que representa uma vasta parte do trabalho que realizei durante o estágio. Como referido anteriormente, o Responsável pelos Assuntos Culturais é Gustavo Bravo Espinoza, o meu orientador do estágio, que está também encarregado da promoção da cultura peruana em Portugal, assim como da sua proteção.

Como referido no capítulo 3, a cultura peruana é conhecida internacionalmente pela sua riqueza, unicidade e pluriculturalidade, podendo-a até descrever como muitas culturas englobadas em uma só. Devido a esta característica importante, que hoje em dia é visível nas artes, na culinária e na dança, a cultura representa para o Estado peruano um meio importante para a sua autopromoção e projeção a nível internacional, uma vez que o interesse neste país, na sua história e nas suas antigas tradições tem aumentado exponencialmente.

Por essa razão, o Estado peruano tem fortemente investido neste aspecto a nível internacional, usando a sua cultura enquanto método para estabelecer ligações amigáveis com outros Estados, atrair os públicos estrangeiros e para a sua própria promoção.

Para esse efeito, é fundamental a ação da *Dirección General para Asuntos Culturales* (DGAC) do MRE. Na verdade, este órgão é responsável pela elaboração e execução do Plano da Política Cultural Exterior que é realizado juntamente com o *Ministerio de Cultura* e com a participação dos *Órganos del Servicio Exterior*. Nomeadamente, este órgão do MRE é responsável pela promoção da cultura peruana e da expressão dos autores e artistas peruanos, assim como pela proteção do património cultural da nação no exterior e da cooperação e intercâmbio nos âmbitos cultural, educativo e do desporto com os outros países.

Como consta no *Plan de Política Cultural del Perú en el Exterior*, no âmbito cultural os objetivos são a promoção de figuras e obras da cultura peruana internacionalmente, o enriquecimento do processo cultural peruano através dos intercâmbios e palestras internacionais, proteção e promoção do património cultural do Peru, assim como o incremento da presença peruana nos médios académicos do exterior e, por fim, a promoção e desenvolvimento das indústrias culturais peruanas no exterior e o fortalecimento dos valores culturais das povoações andinas e das comunidades amazónicas.

A nível prático, a promoção da cultura peruana realiza-se também através da ação das Embaixadas peruanas no mundo. Relativamente à Embaixada do Peru em Portugal, o âmbito cultural foi tratado fundamentalmente em dois eixos principais, o primeiro sendo promoção da cultura peruana e o segundo a proteção do património cultural peruano.

1) A Promoção da Cultura Peruana em Portugal

Entre as várias tarefas realizadas na Embaixada, a promoção cultural constitui uma vertente fundamental e estratégica. A promoção do aspecto cultural ocorria através de dois meios principais: por um lado, virtualmente e, por outro, através da organização de eventos.

No primeiro caso, o meu papel foi fundamental na gestão das redes sociais da Embaixada, nomeadamente da página Facebook, em que semanalmente eram partilhadas publicações de carácter cultural. Esta plataforma, assim como a página oficial em Instagram, representam um importante e fundamental ponto de contacto entre a Embaixada e a comunidade peruana residente em Portugal, uma vez que são publicados avisos, curiosidades e convites para eventos culturais abertos à comunidade.

A título de exemplo, entre as várias iniciativas, destaca-se o contributo realizado pelo *Centro Cultural Inca Garcilaso (CCIG)*, pertencente ao *Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú*. Como referido na página oficial da instituição, o CCIG foi criado em 2002 após ter sido incluído nos objetivos do *Plan de Política Cultural del Perú en el Exterior*. O seu objetivo, portanto, é a promoção internacional da cultura peruana.

Nomeadamente, desde a sua instituição, o Centro Cultural tem promovido os valores e as diferentes expressões culturais peruanas em várias regiões do mundo, criando contactos estratégicos com outras instituições culturais, como o *Instituto Cervantes*.

A nível virtual, o CCIG cria conteúdos de vários géneros, como o *Boletín Cultural Quipu*, que é promovido nas redes sociais das Embaixadas peruanas espalhadas pelo mundo. Especialmente, esta publicação trata de diferentes tópicos inerentes a cultura peruana: a partir da literatura, arte, história, até as receitas dos famosos pratos do país andino.

Sendo uma ferramenta disponível online, o *Boletín Cultural Quipu* constitui um recurso facilmente acessível todos. Nomeadamente, a publicação é dedicada maioritariamente ao público estrangeiro, para que, se bem de forma concisa, possa familiarizar-se com a cultura deste país. Além disso, o Boletín é também pensado para a

comunidade peruana residente no estrangeiro, enquanto meio para manter o contacto com as tradições e os elementos culturais do país de origem.

De mesma forma, entre outras tarefas, dediquei-me à difusão virtual de um outro boletim publicado pelo *Ministerio de Relaciones Exteriores*, o *Boletín Cumanana*, o Boletim Virtual de Cultura Peruana para África. De facto, diferentemente do outro boletim, o *Boletín Cumanana* representa uma publicação dedicada ao fomento de intercâmbio de conhecimentos sobre as manifestações de cultura e realidades do Peru e dos países africanos que, desde há cinco séculos atrás, constituem fontes importantes da cultura para o Peru.

Como mencionado no capítulo 2.4, nos últimos anos o Peru tem redescoberto as suas ligações com o continente africano que, desde sempre, teve uma importante influência sobre o desenvolvimento da sua cultura e da sua sociedade. A prova disso é, por exemplo, a recente aproximação ao mundo lusófono com a candidatura enquanto país observador da CPLP.

A nível cultural, a publicação deste boletim é fundamental para demonstrar a próxima ligação que o Peru detém com África. Na verdade, o *Boletín Cumanana* trata de diferentes assuntos, sempre inerentes ao Peru e ao continente africano: a partir da política, às relações entre o país e o continente africano, até obras de autores afroperuanos. Por fim, cada edição desta publicação termina com uma receita de uma das inúmeras receitas peruanas que têm origens e/ou influências vindas da África.

Diferentemente do *Boletín Cultural Quipu*, o *Boletín Cumanana*, apesar de ser disponível e acessível para todos, é especificamente enviados às autoridades (Embaixadas, Consulados, etc.) e instituições que tenham uma estreita relação com o África, de forma a poder incentivar o interesse em respeito às manifestações culturais afroperuanas. O facto de Portugal ter laços estreitos com vários países pertencente ao continente africano por razões históricas permite uma difusão mais eficiente destes conteúdos. Nesse sentido, o meu papel foi de mesma forma essencial na individuação de novos contactos aos quais se podia transmitir este boletim cultural.

Além dos boletins, a promoção da cultura peruana pela Embaixada do Peru em Portugal é realizada, concretamente, através a organização de eventos culturais, dedicados a apresentação de elementos culturais peruanos ao público estrangeiro e às autoridades portuguesas.

Entre setembro de 2022 e março de 2023, a Embaixada do Peru em Portugal organizou vários eventos culturais de vários géneros entre concertos, exibições e apresentações literárias.

- **Recital Peruano “Lírica para ti”²⁸**

O primeiro evento cultural em que colaborei para a sua organização foi o Recital Peruano “Lírica para ti”, que teve lugar a 24 de outubro de 2022 no Palácio dos Marqueses de Fronteira, na cidade de Lisboa.

Nomeadamente, o meu contributo na organização do evento diz respeito ao primeiro contacto com a instituição que decidiu acolher e apoiar o evento organizado pela Embaixada, a Fundação das Casas de Fronteira e Alorna. Para além disso, forneci apoio na realização do convite oficial e da lista dos convidados, assim como na organização do salão em que ocorreu o evento no dia escolhido.

Os artistas que se exibiram no evento foram dois: John Schofield, um conhecido tenor peruano, e a pianista polaca Dorota Zarowiecka. Juntos, os dois artistas atuaram um repertório com famosas peças da lírica italiana, espanhola e de outros países.

A organização deste evento foi importante, uma vez que a Embaixada do Peru tem o interesse em divulgar a sua cultura e mostrar ao mundo a riqueza do seu país. Relativamente ao campo musical, de facto, o Peru tornou-se um berço do qual emergiram artistas reconhecidos internacionalmente, como Juan Diego Florez e Iván Ayón.

Ao evento participaram várias figuras das autoridades portuguesas, assim como membros de várias missões diplomáticas em Portugal, podendo, portanto, transmitir a unicidade da cultura peruana a ambos casos.

- **Homenagem a César Vallejo e Apresentação do Livro de “Vallejo en los infiernos” de Eduardo González Viaña²⁹**

Um outro importante evento de promoção cultural diz respeito à homenagem ao famoso escritor peruano César Vallejo (1892-1938) que ocorreu a 17 de outubro de 2022 na *Casa da América Latina*, em Lisboa. Esta instituição é fundamental relativamente à promoção e difusão em Portugal não só da cultura peruana, mas também dos outros países da América do Sul. A *Casa da América Latina*, criada em 1998, tem o objetivo

²⁸ Ver anexo 2

²⁹ Ver anexo 3

fundamental de aproximar Portugal da América Latina e, para esse fim, a associação estimula o conhecimento e a cooperação entre os países latino-americanos (Casa da América Latina; 2023). Esta organização representa um meio de promoção cultural fundamental para a Embaixada do Peru em Portugal, uma vez que as duas instituições colaboram constantemente em vários setores e para a organização de vários eventos.

O evento foi realizado no âmbito do centenário da publicação de uma das obras mais célebres de Vallejo, *Trilce*, publicada em 1922. Para celebrar esta ocorrência, na verdade, foi apresentada a última obra do escritor peruano Eduardo González Viaña – agregado cultural da Embaixada peruana em Espanha – *Vallejo en los infiernos* que também esteve presente no evento. A obra é um romance que narra os anos formativos de César Vallejo durante a sua detenção na prisão de Trujillo, no Peru, entre 1920 e 1921.

Ao longo do evento, o autor do romance analisou a narrativa de Vallejo e leu em espanhol uns dos poemas mais conhecidos deste escritor, juntamente ao escritor português Nuno Júdice que, por sua vez, leu os mesmos poemas em língua portuguesa.

O evento, aberto ao público, contou com a presença das autoridades portuguesas, da comunidade residente e de outras missões diplomáticas em Portugal. Além disso, estava presente também a prensa portuguesa, fundamental para a promoção destes eventos e para a sua divulgação.

- **13ª Edição da Mostra de Cinema da América Latina**

Entre 15 e 18 de dezembro de 2022, no Cinema São Jorge de Lisboa, a Casa da América Latina organizou a 13ª edição da mostra de cinema da América Latina, evento ao qual a Embaixada do Peru participou. Nesta mostra, de facto, assistiu-se às mais recentes produções cinematográficas da região da América do Sul, com filmes produzidos pela Argentina, Chile, Colômbia, México, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai. A concretização deste evento foi interessante para evidenciar o panorama atual do cinema latino-americano, bem como as múltiplas realidades socioculturais.

Para esta edição o Peru propôs *Retablo*, um filme de 2017 de Álvaro Delgado-Aparicio, que foi eleito o melhor filme internacional da 92ª edição do Prémio Óscar e Goya para o melhor filme ibero-americano.

A peculiaridade deste filme está no facto de tratar de temáticas atuais, ligando-as com elementos culturais peruanos antigos e tradicionais como o *retablo ayacuchano*, uma das expressões artísticas mais conhecidas do Peru. Além disso, o filme é inteiramente em

idioma quíchua, língua que, como mencionado anteriormente, é ainda falado hoje em dia em algumas regiões do Peru. O facto de a Embaixada do Peru ter escolhido este filme demonstra, mais uma vez, o interesse do Peru para a promoção das suas peculiaridades culturais, únicas e antigas, ainda hoje presentes e enraizadas na sociedade deste país.

- **Primeiro Ciclo de Cinema Peruano na Universidade do Porto**³⁰

Sempre relativamente ao âmbito cinematográfico, a Embaixada do Peru em Portugal em parceria com a Universidade do Porto organizou, no mês de fevereiro de 2023 um ciclo de cinema peruano. Nomeadamente, a inauguração deste evento ocorreu dia 3 de fevereiro de 2023 com a exibição do primeiro filme do ciclo: *Viaje a Tombuctú* de Rossana Díaz Costa.

Ao longo do mês de fevereiro foram apresentados, além desse filme, outros filmes ou curtas-metragens peruanos: *Sigo Siendo*, *Pacíficum*, *El Huallaga*, *Dalila – La Guardiana del Monte* e *Tejido Andino*.

É essencial destacar que todas estes filmes tratam de temáticas tipicamente associadas ao Peru, de maneira a promover a peculiaridade deste país entre a comunidade estudantil portuguesa. De facto, a organização deste evento teve um êxito positivo, demonstrando, então, o particular interesse que a comunidade universitária portuguesa tem em respeito à riqueza cultural do Peru.

- **Exposição Fotográfica: Qhapaq Ñan: O Grande Caminho Inca**³¹

O último evento em que colaborei foi a realização da exposição fotográfica sobre o Caminho Inca, o *Qhapaq Ñan*. Durante séculos, este complexo sistema de estradas permitiu ligar diferentes regiões da América do Sul durante o Império Inca, articulando povos, recursos e administrações a partir da capital do Império, Cusco.

Cinco séculos depois, este caminho ainda se mantém vivo e é hoje em dia utilizado por diferentes povos que vivem nessa região – desde a Colômbia até a Argentina.

Devido à sua importância, o *Qhapaq Ñan* foi escolhido como objeto para uma exposição de fotografias realizada pela Embaixada do Peru em parceria com a Universidade do Porto.

³⁰ Ver anexo 4

³¹ Ver anexo 5

A exposição, apresentada entre 30 de março a 28 de maio de 2023, contou com fotografias e material audiovisual e cartográfico, com o objetivo de mostrar a grandeza do projeto inca. No âmbito desta iniciativa, desempenhei o importante papel relativamente à tradução do material, em língua espanhola, para o português e, além disso, à edição de vídeos da exposição.

Esta exposição, como nas palavras do Embaixador do Peru em Portugal, visa promover a cultura Inca e as suas peculiaridades no país europeu.

Como referido no capítulo 1, no âmbito do soft power os elementos culturais são, na visão de Joseph Nye, os fatores mais influentes e atrativos e podem ser categorizados em dois tipos distintos: a cultura elevada que, como apresentado, é dirigida principalmente às elites e, por outro lado, a cultura popular que se foca principalmente no entretenimento das pessoas.

Após ter analisado como a Embaixada do Peru promove a sua cultura no Estado português, é possível concluir que, usando as palavras de Nye, a instituição utiliza os dois tipos de cultura mencionados. De facto, através da organização de eventos que podem ser considerados de “cultura elevada”, a Embaixada abre um diálogo com as autoridades mais influentes não só do Estado português, mas também das outras representações diplomáticas residentes em Portugal que, normalmente, são sempre convidadas a este tipo de eventos.

Por outro lado, a preparação de eventos de “cultura popular” pela Embaixada visa atingir a sociedade civil para estimular o interesse e a curiosidade relativamente à cultura peruana, promovendo, por exemplo, o turismo para o Peru.

- **Proteção do Património Cultural Peruano em Portugal**

A outra vertente essencial do âmbito cultural diz respeito à proteção e recuperação de bens pertencentes ao património cultural peruano em Portugal. De facto, como mencionado anteriormente, entre Portugal e o Peru foi assinado em 2012 o *Acordo para a Proteção, Conservação, Recuperação e Devolução de Bens Culturais, Paleontológicos, Arqueológicos, Artísticos e Históricos, Furtados, Roubados e Ilícitamente Exportados ou Transferidos*. Ao abrigo deste Acordo, então, Portugal e as autoridades portuguesas empenham-se na cooperação para a devolução de bens culturais peruanos ao seu país de origem, no caso em que estes foram ilegalmente exportados do território peruano.

De facto, às vezes em Portugal são encontrados antigos bens pertencentes a culturas originárias do Peru que, frequentemente, foram transferidos ilegalmente do Peru e acabaram em leilões em Portugal. Por isso, muitas vezes estes bens são detetados online pelo *Ministerio da Cultura del Perú* e, graças à intervenção da Secção Consular e da Polícia Judiciária, a compra destes objetos é suspensa. Posteriormente, então, as autoridades abrem uma investigação para verificar a origem destes artefactos e se a saída das peças do Peru foi legal ou não.

No caso em que se estabeleça que a saída do Peru do património cultural ocorreu de forma ilegal, estes bens são entregues à Secção Consular que, por sua vez, é encargada a realizar a devolução formal ao Estado Peruano, enquanto pertencentes ao património cultural da nação peruana.

4.3 Considerações Finais

Em suma, posso afirmar que a experiência adquirida através do presente estágio curricular na Embaixada do Peru em Portugal pode ser considerada fortemente enriquecedora, uma vez que tive a oportunidade de desenvolver diferentes tarefas e pude aprofundar várias áreas da instituição. Na verdade, o trabalho realizado na Secção Consular forneceu-me as ferramentas para entender totalmente como se desenvolve o âmbito consular a todos os níveis, do atendimento ao público à organização de eventos culturais.

Nesse sentido, é fundamental destacar que o trabalho que realizei ao longo dos seis meses permitiu-me alcançar os meus objetivos enquanto estudante do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. De facto, durante a minha permanência consegui estudar de perto o que ocorre praticamente nas missões diplomáticas, como são mantidas e melhoradas as relações entre países diferentes e como a cultura se torna um instrumento essencial para atrair públicos estrangeiros.

As duas vertentes fundamentais do meu estágio, a administrativa e a cultural, complementam-se para perceber, de forma geral, o trabalho que diariamente é realizado na Embaixada do Peru em Portugal.

Consequentemente, considero que este conhecimento será fundamental para a minha futura carreira profissional, dado que desde sempre tenho forte interesse para o mundo da diplomacia e para as relações entre os Estados.

Contudo, apesar de esta experiência ter um resultado absolutamente positivo no que me diz respeito, admito que houve momentos de dificuldades, nomeadamente nos primeiros momentos de trabalho na Embaixada. Isto deve-se à quantidade de informações para a realização dos procedimentos consulares na Secção Consular e para o atendimento ao público. Além disso, inicialmente foi também complexo apoiar à comunidade peruana em uma língua, o espanhol, que, apesar de conhecer bem, não é a minha.

Na verdade, creio que a parte mais difícil do que acontece diariamente ocorre na Secção Consular foi saber comunicar com as pessoas que se apresentam às suas instalações, cada uma com as suas dificuldades, medos e ansiedades e tentar resolver, no possível, estas problemáticas.

De forma geral, as expectativas que tinha antes de começar esta experiência acabaram por ser coerentes com o trabalho que realizei durante os seis meses do estágio curricular. Através desta experiência de trabalho, portanto, tenho certeza de que adquiri

novas competências e habilidades, nomeadamente no que diz respeito à comunicação, à organização, à precisão e rigor – qualidades essenciais no mundo diplomático -, assim como trabalho em equipa, devido à grande colaboração existente entre as várias funções presentes na Embaixada. Todas estas qualidades, certamente, servir-me-ão para o meu futuro profissional.

CONCLUSÕES

Em conclusão, o presente relatório de estágio, através do seu desenvolvimento em duas partes, uma teórica e uma prática, pretendeu responder às perguntas iniciais da investigação: “Qual é o papel da Embaixada do Peru em Portugal?” e “Como e porque a Embaixada do Peru promove e protege a cultura do seu país em Portugal?”.

Para responder às perguntas foi essencial o enquadramento teórico, realizado principalmente na primeira parte, nomeadamente através da definição dos conceitos fundamentais que estão na base do presente trabalho, o de diplomacia, de diplomacia cultural e, por fim, o de soft power. Além destas conceções, para o objetivo do relatório foi também importante a introdução do Peru a nível histórico, cultural e da sua política externa, sendo estes fatores essenciais para o entendimento do contexto em que se desenvolveu o estágio na Embaixada do Peru em Portugal. Nomeadamente, a história do Peru é a demonstração de um país que viveu diferentes fases, sendo a última, a partir da sua independência de Espanha, caracterizada pela sua abertura ao mundo das relações internacionais e ao estabelecimento de laços com outros Estados de forma independente, assim como a sua prominente participação em várias organizações internacionais. Estreitamente interligada à sua história, a cultura peruana desenvolveu-se a partir do encontro de diferentes etnias, culturas e nacionalidades, representando hoje uma cultura fortemente heterogénea, única e rica.

Para entender o papel da Embaixada do Peru em Portugal, então, é fundamental partir da conceção de diplomacia que, como referido no capítulo 1, representa um instrumento da política exterior de um Estado, utilizado para o estabelecimento e desenvolvimento de contactos pacíficos entre governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários – os diplomatas – que são mutualmente reconhecidos. Estes intermediários, através da negociação, pretendem realizar os objetivos nacionais do seu Estado, cooperando e comunicando com o Estado de acolhimento.

Este é o pressuposto da existência e do funcionamento da Embaixada do Peru, uma vez que, desde o estabelecimento formal das relações diplomáticas com o Estado português em 1853, visa à realização dos seus interesses nacionais a partir da cooperação e negociação com o governo português.

Após ter apresentado o pressuposto da existência e funcionamento da mencionada instituição, pode-se avançar indicando qual o seu papel no país de acolhimento, Portugal.

De facto, para além da conceção teórica, a resposta à primeira pergunta resulta também da experiência adquirida através do estágio curricular, que forneceu as fundamentas para estudar e entender no seu total qual o papel da Embaixada do Peru em Portugal. Na verdade, através desta experiência, conclui-se que a ação da missão diplomática peruana em Portugal trata diversas vertentes: o âmbito político, de constante diálogo entre as autoridades peruanas e portuguesas, permite o funcionamento positivo das relações entre os dois países que, cada vez mais, estabelecem laços próximos e duradouros. A vertente consular, por sua vez, representa o âmbito sobre o qual incidiu maioritariamente o estágio e forneceu as ferramentas para estudar como o Estado peruano apoia e assiste a sua população residente em Portugal, garantindo os seus direitos essenciais e a proteção dos seus interesses. Esta parte é coerente com o enquadramento teórico tratado no capítulo 1, em que a vertente consular representa uma extensão externa do serviço público de um Estado no território de outro Estado, com o objetivo de a comunidade do primeiro poder exercer os seus direitos e cumprir as suas obrigações. De facto, como apresentado ao longo da segunda parte do trabalho, a Embaixada do Peru em Portugal atua enquanto representante do Estado peruano, fornecendo apoio e assistência à sua comunidade residente na mencionada nação.

Por fim, a vertente cultural constitui um outro âmbito importante ao qual a Embaixada do Peru se dedica, uma vez que, ao longo da minha permanência, a missão diplomática tem fortemente investido na promoção dos seus singulares elementos culturais no país de acolhimento.

Para entender o porquê da maciça promoção cultural realizada pela diplomacia peruana no exterior é essencial partir da relevância da história do Peru e da sua ligação com a cultura da nação. De facto, a relação existente entre estes dois fatores é essencial, visto que os acontecimentos históricos têm tido um impacto indelével no desenvolvimento da cultura peruana, hoje em dia fortemente caracterizada pela sua unicidade, riqueza e heterogeneidade.

Consequentemente, devido a estas características, o Peru pode ser considerado como uma potência cultural, tendo, portanto, um grande potencial atrativo. Usando as palavras de Joseph Nye, a cultura peruana detém soft power e este facto deve ser usado pela diplomacia peruana enquanto instrumento para o alcance dos objetivos nacionais do Estado peruano, ainda por cima em um panorama das políticas como o atual em que o âmbito cultura tem um papel fortemente influente. Nomeadamente, a utilização do soft

power na política externa peruana tem o potencial de fomentar as relações internacionais construtivas entre vários Estados, promover os seus interesses nacionais e cultivar uma imagem global do Peru como um exemplo em vários âmbitos, como o cultural e do envolvimento global, com o objetivo de poder incrementar a presença do país andino a nível internacional.

Nisto, o contributo da Embaixada do Peru em Portugal é fundamental, dado que coloca uma forte ênfase na promoção do seu património cultural. Nomeadamente, mostrando a riqueza cultural do seu país e as suas diversas manifestações, a instituição faz uso do âmbito cultural com o objetivo da realização dos seus interesses nacionais. Além disso, a promoção da cultura visa reforçar as oportunidades económicas, fomentar os laços diplomáticos positivos e promover um sentido mais forte de identidade nacional à escala mundial, a fim de aumentar a influência do Peru no estrangeiro.

Como apresentado ao longo do capítulo 4, a promoção da cultura do país andino é efetuada através da organização de exposições culturais de vários géneros, como concertos, exposições fotográficas, exposições artísticas, os típicos exemplos das ferramentas usadas pela diplomacia cultural.

Para além do aspeto estreitamente cultural, para o alcance dos seus objetivos nacionais o Peru pode utilizar outros recursos do soft power de que dispõe. De facto, o turismo, os intercâmbios culturais e académicos, a cooperação científica e a promoção do idioma espanhol constituem alguns exemplos dos eficazes meios que o Peru pode utilizar para a sua autopromoção no exterior, para uma maior atração e persuasão de públicos estrangeiros, sem a necessidade de imposições económicas ou militares.

Nesse sentido, em futuros estudos seria interessante aprofundar este aspeto, ou seja, qual o papel destes outros elementos do poder suave que permitem uma melhor reputação e projeção internacional do Estado peruano, assim como estudar a definição da política externa peruana tendo em conta estes fatores.

Anexo 3: Homenagem a César Vallejo e apresentação do livro de “Vallejo en los infiernos” de Eduardo González Viaña. [Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/673555-homenaje-a-cesar-vallejo-en-portugal-en-el-centenario-de-la-publicacion-de-trilce>. Última visualização: 30 de agosto de 2023].



Anexo 4: Primeiro ciclo de cinema peruano na Universidade do Porto. [Disponível em: <https://www.up.pt/casacomum/eventos/i-ciclo-de-cinema-peruano/>. Última visualização 30 de agosto de 2023].



Anexo 5: Exposição fotográfica: Qhapaq Ñan: o grande caminho inca. [Disponível em: <https://www.porto.pt/pt/noticia/exposicao-sobre-o-caminho-inca-no-museu-de-historia-natural-e-da-ciencia>. Última visualização: 30 de agosto de 2023].



BIBLIOGRAFIA

- Ang, I., Isar, Y.R. and Mar, P. (2015) 'Cultural diplomacy: Beyond the National Interest?', *International Journal of Cultural Policy*, 21(4), pp. 365–381. doi:10.1080/10286632.2015.1042474.
- Appadurai, A. (1996) *Modernity at large: Cultural Dimensions of Globalization*. London: Minneapolis.
- Atwood, R. (2001) 'Democratic dictators: Authoritarian politics in Peru from Leguía to Fujimori', *SAIS Review*, 21(2), pp. 155–176. doi:10.1353/sais.2001.0030.
- Basadre, J. (2005) *Historia de la República del Perú*. Lima: El Comercio.
- Bound, K. et al. (2007) *Cultural Diplomacy*. London: Demos.
- Burt, J.-M. (2009) 'Guilty as charged: The trial of former Peruvian president Alberto Fujimori for human rights violations', *International Journal of Transitional Justice*, 3(3), pp. 384–405. doi:10.1093/ijtj/ijp017.
- Carbó-Catalan, E. e Roig-Sanz, D. (2022) 'Culture as Soft Power', *Walter de Gruyter GmbH*. doi:10.1515/9783110744552.
- Carta, C. e Higgott, R. (2020) *Cultural diplomacy in Europe: Between the Domestic and the International*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan.
- Constantinou, C.M. et al. (2016) *The sage handbook of diplomacy*. Los Angeles: SAGE.
- Cotler, J. e Grompone, R. (2000) *El Fujimorismo: Ascenso y Caída de un Régimen Autoritario*. Instituto de Estudios Peruanos.
- Cummings, M.C. (2009) *Cultural diplomacy and the United States Government: A survey*. [Disponível em: <https://www.americansforthearts.org/sites/default/files/MCCpaper.pdf>. Última visualização: 21 de maio de 2023]
- De Magalhães, J.C. (1996) *A Diplomacia Pura*. Venda Nova, Portugal: Bertand.
- Falk, A.J. (2011) *Upstaging the Cold War: American dissent and Cultural Diplomacy, 1940-1960*. Amherst, MA: University of Massachusetts Press.
- Feigenbaum, H.B. (2001) *Globalization and Cultural Diplomacy*. Washington: Center for arts and culture.
- Ford Deza, E. (2004) 'El proceso de transición democrática en el Perú y el liderazgo de Toledo', *Revista ENFOQUES*, 2.
- Ganshof, F.D. (1935) *Le Moyen Age in Histoire des Relations Internationales*. Paris: Pierre Remouvin Hachette.

- García Belaunde, J.A. (2021) *Dos siglos de desafíos en la política exterior peruana*. Lima, Peru: Ministerio de Cultura - Proyecto Especial Bicentenario de la Independencia del Perú.
- Goff, P.M. (2013) 'Cultural diplomacy', *Oxford Handbooks Online*. doi:10.1093/oxfordhb/9780199588862.013.0024.
- Holden, J. and Tryhorn, C. (2013) *Influence and attraction: Culture and the race for soft power in the 21st Century*. London: British Council.
- Hunefeldt, C. (2004) *A brief history of Peru*. New York: Facts On File.
- Hurley, D. (2011) 'Spanish Colonial Economies: An Overview of the Economy of the Viceroyalty of Peru, 1542-1600', *Ezra's Archive*.
- Kozymka, I. (2014) *Diplomacy of culture: The Role of UNESCO in Sustaining Cultural Diversity*. Palgrave Macmillan.
- Lenczowski, J. (2007) 'Cultural Diplomacy, Political Influence and Integrated Strategy', *The Institute of World Politics*.
- Marking 50 years in the struggle for democracy* (sem data) Freedom House. [Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2023/marking-50-years-> Última visualização: 27 de junho de 2023].
- Mauceri, P. (1997) 'Return of the caudillo: Autocratic democracy in Peru', *Third World Quarterly*, 18(5), pp. 899–912. doi:10.1080/01436599714650.
- Melissen, J. (2008) *The new public diplomacy: Soft Power in international relations*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Nicolson, H. (1939) *Diplomacy*. London: Oxford University Press.
- Novak, F., García, J. and Cardoza, X.A. (2016) *La Política Exterior Peruana en el Siglo XXI: Agenda y propuestas*. Lima, Perú: IDEI, Instituto de Estudios Internacionales, Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Nye, J.S. (2004) *Soft power: The means to success in world politics*. New York: PublicAffairs.

- Pineda, S., Valencia, A. and Esparza, M.E. (2004) *35 años de Integración Económica y Comercial: Un balance para los países andinos*. Lima: Comunidad Andina.
- Ribeiro, E. T. (2011) 'Diplomacia Cultural: Seu papel na política externa brasileira', *Fundação Alexandre de Gusmão*.
- Roberts, S.I. (2017) *Satow's Diplomatic Practice*. Oxford University Press.
- Rosenau, J.N. (2003) *Distant proximities: Dynamics beyond globalization*. Princeton: Princeton University Press.
- Rozman, S.L. (1970) 'The evolution of the political role of the Peruvian military', *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 12(4), pp. 539–564. doi:10.2307/174827.
- Sandoval, P. et al. (2014) *La diversidad cultural en el Perú*. Lima: Ministerio de Cultura.
- Schneider, C. (2006) 'Cultural Diplomacy: Hard to Define, but You'd Know It If You Saw It', *The Brown Journal of World Affairs*, 13(1), pp. 191–203. [Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24590653>. Última visualização: 28 de julho de 2023].
- Sosa, P. (2016) 'Los Impulsos de la democracia peruana y sus variedades', *Revista Argumentos* [Preprint], (2).
- St John, R.B. (2017) 'Peruvian foreign policy in the new millennium: Continuity and change', *Revista del Instituto Riva-Agüero*, 2(2), pp. 63–119. doi:10.18800/revistaira.201702.002.
- St. John, R.B. (1984) 'Peru: Democracy under Siege', *The World Today*, 40(7), pp. 299–306. [Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40395692>. Última visualização: 25 de julho de 2023].
- Stanish, C. (2001) 'The origin of State Societies in South America', *Annual Review of Anthropology*, 30(1), pp. 41–64. doi:10.1146/annurev.anthro.30.1.41.
- Tanaka, M. (2002) *La situación de la Democracia en Colombia, Perú y Venezuela a inicios de siglo*. Lima, Perú: Comisión Andina de Juristas.
- Tucídides, Granwehr, M.G. and Rosado, F.R.M. (2021) *História da Guerra do Peloponeso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vale Castro, F. (2012) 'A cultural diplomacy project for the Republic: Revista Americana and the building of a new continental vision', *Revista Brasileira de História*, 32(63), pp. 303–326.

SITOGRAFIA

- Casa da América Latina (2023) *Casa da América Latina*. [Disponível em: <https://casamericalatina.pt/quem-somos/apresentacao/>. Última visualização: 30 de agosto de 2023].
- Cultures (2022) IIEP Policy Toolbox*. Available at: <https://policytoolbox.iiep.unesco.org/glossary/cultures/> (Última visualização: 28 de junho de 2023).
- Cutting edge | From standing out to reaching out: Cultural diplomacy for sustainable development (2022) UNESCO*. [Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/cutting-edge-standing-out-reaching-out-cultural-diplomacy-sustainable-development?TSPD_101_R0=080713870fab20008098521b638571757c54ef773c1c28815d13d29b43a624edf3d05eb646b27501088d3a99151430000eaabc4a221dc617ae95ae0fda7bd6f43cf8f9d94d1b033b096b237882b3a49bd028b359d62a300f3596a4837a83f5df#:~:text=In%20a%20globalized%2C%20interconnected%20world,in%20many%20areas%20of%20cooperation. Última visualização: 29 de junho de 2023].
- Global Peace Index 2022 (2022) Vision of Humanity*. [Disponível em: <https://www.visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2022/06/GPI-2022-Briefing-web.pdf>. Última visualização: 3 de agosto de 2023].
- Ministerio de Relaciones Exteriores (2018) *La Cultura del Perú, Gobierno del Perú - Plataforma Digital Única del Estado Peruano*. [Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/embajada-del-peru-en-espana/informes-publicaciones/1090065-la-cultura-del-peru>. Última visualização: 22 de maio de 2023].
- Ministerio de Relaciones Exteriores (sem data) *Embajada del Perú en la República Portuguesa*. [Disponível em: <https://www.embaixadaperu.pt/index.php/historia>. Última visualização: 20 de agosto de 2023].
- Peru: Freedom in the World 2023 Country Report (sem data) Freedom House*. [Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/peru/freedom-world/2023>. Última visualização: 5 de agosto de 2023].
- Peru (2023) Encyclopædia Britannica*. [Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Peru>. Última visualização: 3 de agosto de 2023].
- The European Union and Peru (2021) Delegation of the European Union to Peru*. [Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/peru/european-union-and-peru_en?s=162. Última visualização: 17 de junho de 2023].
- UNESCO World Heritage Centre (sem data) *Lista del Patrimonio Mundial, UNESCO - Centro del Patrimonio Mundial*. [Disponível em: https://whc.unesco.org/es/list/?action=list&search=Peru&searchSites=&search_by_country=®ion=&type=&criteria_restriction=&description=&order=. Última visualização: 9 de junho de 2023].

ARTIGOS DE IMPRENSA

- John, T. (2023) 'Peru's embattled president could have eased the crisis. What happened?', *CNN*, 30 January. [Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/01/27/americas/peru-dina-boluarte-crisis-intl-latam/index.html>]. Última visualização: 10 de junho de 2023].
- Perú accedería Como Observador Asociado de la comunidad de países de la lengua portuguesa* (2020) *Gobierno del Perú*. [Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/embajada-del-peru-en-portugal/noticias/320218-peru-accederia-como-observador-asociado-de-la-comunidad-de-paises-de-la-lengua-portuguesa>]. Última visualização: 22 de junho de 2023].
- Rebaza, C. *et al.* (2022) 'Peru's President impeached and arrested after he attempts to dissolve Congress', *CNN*, 8 December. [Disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/12/07/americas/peru-president-castillo-congress-dissolves-intl/index.html>]. Última visualização: 1 de junho de 2023].
- Rodríguez, A. (2022) 'What led to the downfall of Peru's Pedro Castillo?', *ElPaís*, 8 December. [Disponível em: <https://english.elpais.com/international/2022-12-08/what-led-to-the-downfall-of-perus-pedro-castillo.html>]. Última visualização: 13 de maio de 2023].

DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS

- Congreso del Perú (sem data) *Tratado de Comercio y Navegación entre la República Peruana y el Reyno de Portugal*, *Archivo Digital de la Legislación del Perú*. [Disponível em: <https://www.leyes.congreso.gob.pe/Documentos/LeyesXIX/1863032.pdf>]. Última visualização: 13 de fevereiro de 2023].
- Constitución Política del Perú* (2018) *Constitución Política del Perú - Informes y publicaciones - Presidencia de la República del Perú - Plataforma del Estado Peruano*. [Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/presidencia/informes-publicaciones/196158-constitucion-politica-del-peru>]. Última visualização: 3 de abril de 2023].
- Convenção sobre relações diplomáticas* (sem data) *Portal Diplomático*. [Disponível em: https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/pdf/Protocolo-Estado/viena_diplom%C3%A1ticas.pdf]. Última visualização: 4 de maio de 2023].
- Gobierno del Perú (2018) *Reglamento de Organización y Funciones (ROF) del Ministerio de Relaciones Exteriores, Gobierno del Perú | Plataforma digital única del Estado Peruano*. [Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/informes-publicaciones/1388-reglamento-de-organizacion-y-funciones-rof-del-ministerio-de-relaciones-exteriores>]. Última visualização: 7 de julho de 2023].

- Gobierno del Perú (sem data) *Convenio de Intercambio Cultural entre el Gobierno de la República Peruana y el Gobierno de la República Portuguesa, Gobierno del Perú - Plataforma Digital Única del Estado Peruano*. [Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minedu/normas-legales/115157-peru-portugal-1977>. Última visualização: 21 de março de 2023].
- Ministerio de Relaciones Exteriores (sem data) *Plan de Política Cultural del Perú en el Exterior, Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú*. [Disponível em: <http://www.rree.gob.pe/politicaexterior/documents/planpolculextfin.pdf>. Última visualização: 18 de fevereiro de 2023].
- Ministério Público - Portugal (2017) *Acordo entre a República Portuguesa e a República do Peru para a Proteção, Conservação, Recuperação e Devolução de Bens Culturais, Paleontológicos, Arqueológicos, Artísticos e Históricos, Furtados, Roubados e Ilicitamente Exportados ou Transferidos, Portal do Ministério Público - Portugal*. [Disponível em: <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/acordo-entre-republica-portuguesa-e-republica-do-peru-para-protecao-conservacao>. Última visualização: 3 de abril de 2023].
- Ministério Público - Portugal (sem data) *Acordo de Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos entre a República Portuguesa e a República do Peru, Portal do Ministério Público - Portugal*. [Disponível em: <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/acordo-de-promocao-e-proteccao-reciproca-de-investimentos-entre-republica-portuguesa-e-4>. Última visualização: 2 de agosto de 2023].
- Ministério Público - Portugal (sem data) *Decreto n.º 90/78 Acordo de Intercâmbio Cultural entre a República Portuguesa e a República Peruana, assinado em Lisboa a 1 de Setembro de 1977, Portal do Ministério Público*. [Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/dec90-1978.pdf>. Última visualização: 18 de abril de 2023].
- Portal Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros (sem data) *Peru - Relações Diplomáticas, Portal Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros*. [Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/peru>. Última visualização: 15 de julho de 2023].
- SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (sem data) *Relatório Estatístico Anual - 2000, SEFSTAT*. [Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>. Última visualização: 10 de agosto de 2023].
- SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (sem data) *Relatório Estatístico Anual - 2010, SEFSTAT*. [Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>. Última visualização: 10 de agosto de 2023].
- SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (sem data) *Relatório Estatístico Anual - 2021, SEFSTAT*. [Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>. Última visualização: 10 de agosto de 2023].

Vieira, M. (2022) *População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente em Portugal - Perú*, Gabinete de Estratégia e Estudos. Edição de Gabinete de Estratégia e Estudos. [Disponível em: <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-de-imigrantes-em-portugal-por-nacionalidade/paises/peru-1>. Última visualização: 7 de agosto de 2023].